

Quem disse ?

«Neofascistas chafurdam no caldo de cultura cozinhado por governos e políticos rendidos à plutocracia»

Alfredo Barroso
Expresso, 5 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1051 10 FEVEREIRO 2000 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Orçamento de Estado ainda sem apoios garantidos

Irresponsabilidade das oposições preocupa o PS

O camarada José Junqueiro, membro do Secretariado Nacional do partido e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, lançou terça-feira mais um apelo ao sentido de responsabilidade das forças da oposição, lembrando que o Orçamento de Estado de 2000 é um instrumento vital para a estabilidade política e para o desenvolvimento do país.

No final da reunião do Secretariado Nacional do partido, o líder da Comissão Política Distrital de Viseu do PS frisou que, até ao momento, o Governo ainda não recebeu sinais de qualquer força da oposição no sentido de que terá apoios suficientes para que o Orçamento de Estado de 2000 seja viabilizado na votação na generalidade. Pela parte dos socialistas, frisou José Junqueiro, há total disponibilidade para o debate e para acolher propostas que possam aperfeiçoar o documento do Governo.

«Numa sociedade democrática, como a nossa, não é admissível que certos partidos digam que rejeitam o Orçamento sem que tenha havido até agora a mínima discussão», disse.

Tanto o PCP, como o PSD, já transmitiram a ideia de que votarão contra.

O dirigente do PS desmontou também as críticas do PSD sobre um alegado aumento da despesa pública. «Se queremos melhores escolas, melhores hospitais e mais polícias para segurança dos cidadãos, então é necessária mais despesa pública», contrapôs José Junqueiro. «Compreendemos a difícil situação interna que atravessa o PSD, mas o maior partido da oposição deveria colocar o interesse nacional acima dos seus interesses partidários», advertiu o membro do Secretariado Nacional do PS.

O camarada José Junqueiro manifestou igualmente a sua convicção de que o PS sairá vencedor das próximas eleições autárquicas. Para preparação desta acto eleitoral, o camarada José Junqueiro anunciou a realização em Abril da 1ª Convenção Nacional de Autarcas do PS.

Medidas de António Costa aprovadas sem contestação

Governo declara guerra a processos acumulados nos Tribunais



Para combater a acumulação de processos nos tribunais das grandes áreas metropolitanas, a Assembleia da República aprovou sem votos contra medidas tomadas pelo ministro António Costa que visam recorrer aos magistrados jubilados e encurtar o período de estágio dos magistrados. Durante o debate da interpegação do PP na Assembleia da República, António Costa também lembrou que o Orçamento do Estado de 2000 tem importantes investimentos na área da justiça.

Sociedade & País

Plano Avô Investir na qualidade do apoio social para idosos



O Governo do PS lançou mais uma iniciativa de largo alcance social destinada aos idosos. Chama-se Plano Avô e é um programa a desenvolver nesta legislatura, dando prioridade à elevação da qualidade de vida dos idosos portugueses.

Política

Presidente cancela visita de Estado à Áustria Sampaio solidário com Governo



A chegada da extrema-direita ao Governo de Viena levou o Presidente da República, Jorge Sampaio, a adiar a sua visita de Estado à Áustria, prevista para 1 e 3 de Março. Idêntica decisão tomou o príncipe de Gales, também com uma viagem agendada para aquele país em Maio.



Rendimento Mínimo Garantido Uma bandeira social

Nestes últimos anos de governação socialista os portugueses passaram a viver melhor. Esta melhoria não só se deve ao crescimento contínuo dos seus rendimentos, mas também porque melhoraram as próprias condições objectivas de vida.

Com efeito, o Governo tem levado a cabo uma política social e económica cujos resultados estão à vista. Desde o não aumento de impostos à introdução de reformas que têm melhorado a equidade fiscal, passando por uma política de emprego associada a uma forte estratégia de formação profissional à criação do Rendimento Mínimo Garantido, o Executivo tem investido fortemente na criação de uma sociedade mais justa, coesa e solidária.

Uma sociedade moderna, hoje em dia, assenta numa economia de mercado que promova o desenvolvimento sustentado, a criação de riqueza e de postos de trabalho, mas exige a definição de um contrato social que simultaneamente garanta uma rede pública de protecção social – o Estado-Providência –, baseada nos valores da dignidade humana e da protecção universal perante os riscos sociais.

Por isso, conforme promessa eleitoral cumprida, a aposta do Governo Socialista assentou na condução de uma política de rigor económico e financeiro com consciência social, privilegiando o emprego e o apoio aos sectores sociais mais desfavorecidos ou em risco de exclusão irreversível.

Como a aposta do Governo passa por vencer o atraso estrutural, por isso tem investido na valorização e na qualificação das pessoas. A forte aposta na criação e implementação nacional do Rendimento Mínimo Garantido é disso mesmo exemplo.

Não é preciso repetir tudo quanto já foi dito e escrito sobre o Rendimento Mínimo Garantido, a multiplicação dos programas de apoio à pobreza, o sistema de prestações familiares, beneficiando quem mais precisa, numa lógica de discriminação positiva, os aumentos mais justos das pensões de reforma. Crianças, idosos, dependentes e pessoas com deficiência viram fortemente reforçados, nos últimos anos, os seus apoios e humanizado o seu relacionamento com a sociedade.

No entanto, apesar dos avanços conseguidos na última legislatura, Portugal é ainda uma sociedade profundamente inigualitária. Segundo os últimos dados disponíveis, Portugal é ainda no quadro da União Europeia, o país em que a desigualdade de rendimentos é maior. Temos que partir desta constatação para a determinação, com realismo, de vencer a pobreza na sociedade portuguesa e de promover uma distribuição mais equitativa do rendimento.

É precisamente este combate que o Ministério do Trabalho e Solidariedade trava diariamente. Segundo Ferro Rodrigues é hoje uma certeza que o Rendimento Mínimo melhorou muito a situação social das famílias com grande exclusão e pobreza em Portugal, mas reconhece que ao fim de dois anos só um milagre é que levaria a que houvesse um programa social novo que não tivesse nenhuma espécie de dificuldade. O Rendimento Mínimo é uma grande resposta social que tem melhorado a vida de centenas de milhares de portugueses por todo o País.

Droga: Exemplo lusitano

O presidente da Federação Europeia de Associações Nacionais de Intervenientes em Toxicod dependência afirmou, no dia 3, no Porto, que Portugal é exemplar a nível europeu no trabalho desenvolvido na área da prevenção e tratamento dos doentes toxicod dependentes.

Luís Patrício considerou que os profissionais portugueses são considerados de «forma ajustada e correcta» e apreciados pela «intervenção interdisciplinar» que caracteriza o acompanhamento dos doentes.

«Na Europa este tipo de trabalho ainda não é muito comum», disse, frisando que «para os profissionais portugueses a prevenção,

terapia e reinserção fazem parte do mesmo processo».

Luís Patrício falava na IV Conferência da Federação de Associações Nacionais de Intervenientes em Toxicod dependência, que decorreu na Cidade Invicta, reunindo mais de mil profissionais portugueses e estrangeiros.

O responsável salientou o «bom entendimento» que existe entre a sociedade civil e os profissionais desde 1987, considerando que o Projecto Vida foi «um bom impulso para o desenvolvimento de intercâmbios» na área da problemática da droga.

Globalização: Reforço de empresas familiares

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, na passada sexta-feira, dia 4, em Esposende, que os grupos e empresas familiares portuguesas são «um instrumento de salvaguarda fundamental» da economia no quadro da globalização que se vive.

Falando numa visita à empresa Solidal, do grupo Quintas e Quintas, Guterres manifestou o seu apreço relativamente às empresas e grupos familiares cuja «valorização e apoio é uma prioridade essencial».

«Vivemos hoje um processo de globalização em que a todo momento assistimos a grandes operações a escala mundial. São fusões gigantescas que se

fazem, não obedecendo a um desígnio estratégico, mas com objectivo de, a curto prazo obter, mais valias na capitalização bolsista», salientou.

O chefe do Executivo PS salientou que tais operações se desenvolvem «sem preocupação pelos interesses das comunidades em que se inserem».

«Neste quadro é extremamente importante, e o Governo tem que estar particularmente atento à necessidade de valorização» dos grupos e empresas familiares cuja vocação «não é apenas o máximo lucro, mas defender um nome, o seu prestígio, procurando inserir-se de forma activa nas diversas vertentes da vida económica social e cultural em que se inserem».

Florestas: Sampaio em presidência aberta

O Presidente da República, Jorge Sampaio, vai promover nos próximos dias uma presidência aberta dedicada às florestas, tema em destaque no seminário «O Eucalipto na Floresta Portuguesa e do Sul da Europa» que decorreu, no dia 8, na Figueira da Foz. As vicissitudes e fragilidades com que se depara a produção de eucalipto, ainda insuficiente para abastecer o mercado nacional, o futuro previsível da floresta portuguesa e a relação entre produtores e industriais de celuloses foram alguns dos temas em debate.

As conclusões acabaram por não ser muito positivas, nem para uns, nem para outros. A realidade desenhada pelos intervenientes tornou patente que a ideia negativa que se

desenvolveu em torno do eucalipto, como opção de cultura, insiste em manter-se na sociedade portuguesa.

A indústria portuguesa do sector continua fortemente dependente do mercado exterior, dado existir um acentuado défice de eucalipto a nível nacional.

Todos os anos, as indústrias de celuloses consomem (ou transformam) entre quatro a cinco milhões de metros cúbicos de eucaliptos. Parte deste consumo, designadamente 800 mil metros cúbicos, é garantido pela via da importação.

Uma das alternativas suscitadas no seminário para suprir tal défice de produção foi a da utilização de clones de eucaliptos, técnica já utilizada pela Soporcel e Portucel.

Cheias em Moçambique: Portugal ajuda com 150 mil dólares

Portugal disponibilizou, numa primeira fase, 150 mil dólares (30 500 contos) para apoiar as vítimas das cheias e inundações que, desde o fim de semana, assolaram o Sul de Moçambique, disse no dia 9 à Imprensa fonte oficial, em Lisboa.

«Esta é uma ajuda de emergência, que posteriormente será avaliada e, consoante as necessidades, será seguida de ajuda humanitária, não só em dinheiro como em

bens de primeira necessidade», acrescentou a fonte.

A verba agora disponibilizada, canalizada através do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), tutelado pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, destina-se a apoiar o socorro às centenas de milhares de desalojados pelo mau tempo em Moçambique.



ATENTADO À BOMBA CONTRA TORRES COUTO

O atentado à bomba contra Torres Couto, então líder da UGT, era uma das manchetes do «Acção Socialista» de 11 de Fevereiro de 1982.

«O terrorismo não pode ficar impune numa sociedade democrática», afirmava a Comissão Permanente do PS, solidária com Torres Couto.

Na primeira página a ilustrar esta notícia estava uma foto de Torres Couto, à porta de sua casa, sendo bem visíveis os estragos provocados pela bomba que lhe era dirigida com o intuito de intimidar.

Mas nos «AS» abundavam notícias em que a nota dominante era a condenação da política económica, social e laboral levada a cabo pelo Governo da AD, já então em profunda crise.

A luta e as divisões no Governo da AD eram já evidentes e o PS perfilava-se como uma alternativa.

O órgão oficial do PS dava ainda um grande destaque a um grande comício realizado no Porto, em que foram oradores os camaradas Mário Soares, António Macedo, Salgado Zenha e Almeida Santos.

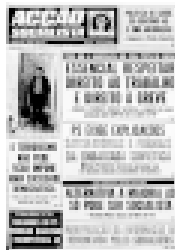
J. C. C. B.

11 de Fevereiro

Quem disse?

«Não basta denunciar o Governo AD. É preciso construir uma alternativa»

Mário Soares



GOVERNO DECLARA GUERRA A PROCESSOS ACUMULADOS EM TRIBUNAIS

Para combater a acumulação de processos nos tribunais das grandes áreas metropolitanas, a Assembleia da República aprovou sem votos contra medidas tomadas pelo ministro António Costa que visam recorrer aos magistrados jubilados e encurtar o período de estágio dos magistrados. Durante o debate da interpelação do PP na Assembleia da República, António Costa também lembrou que o Orçamento do Estado de 2000 tem importantes investimentos na área da justiça. Resta agora também saber se a oposição está disponível para que se percorra um caminho que leve à concretização de objectivos que transcendem a vida político-partidária e os quais são partilhados pela esmagadora maioria dos cidadãos. António Costa lembrou, ainda, que, ao fim de muitos anos, pela primeira vez, o ano judicial irá abrir com os quadros completos, fruto do esforço de investimentos do Governo no sector da justiça.

A proposta de lei do ministro da Justiça, António Costa, que vai regular a estrutura e o funcionamento do Centro de Estados Judiciários e que introduz um regime excepcional de afectação de magistrados jubilados foi aprovada sexta-feira, na Assembleia da República, com os votos a favor do PS e do Bloco de Esquerda, e sem qualquer voto contra. Embora não se exclua a adopção de outras soluções possíveis que venham a mostrar-se necessárias no domínio da Justiça, como a agregação de comarcas ou o recurso ao regime de acumulação – soluções que a lei já contempla –, propõe-se agora a consagração de três medidas que alargam os instrumentos de gestão ao dispor dos conselhos superiores: o encurtamento do período de estágio dos magistrados que se encontram nomeados nessa fase, o recurso ao serviço de magistrados jubilados, e a nomeação como juízes de direito, a termo certo, de licenciados de comprovada idoneidade, competência e experiência profissionais. Como encurtamento do período de estágio dos magistrados, de referir que apenas confere aos respectivos órgãos de gestão a faculdade de deliberarem sobre o seu prolongamento, outro tanto não acontecendo com a possibilidade de a reduzir por motivos ponderosos. Já o recurso a magistrados jubilados, o Ministério da Justiça salienta que se trata de uma norma excepcional, enquanto que a terceira medida permite a promoção de



concurso público, pelo Conselho Superior de Magistratura, visando a nomeação temporária de juízes entre os licenciados em direito de reconhecido mérito e experiência profissional. Como salienta o Governo, «a adopção destas medidas de combate às pendências acumuladas implicam a alteração legislativa ora proposta que será ainda complementada, em sede do Orçamento do Estado para o ano 2000, com um conjunto de estímulos para as partes porem termo aos processos judiciais por transacção, confissão, desistência ou compromisso arbitral».

«Governo tem caminho para a justiça»

«A questão da Justiça respeita a toda a sociedade, responsabiliza solidariamente todos os poderes do Estado e está centrada no que elegemos para objectivo estratégico da nova agenda da Justiça: a cidadania e o desenvolvimento. Já sabemos o que nos une. Partilhamos a mesma preocupação e partilhamos, no essencial, o mesmo diagnóstico. Creio mesmo que partilhamos os mesmos objectivos. Mas, resta saber se temos um mesmo caminho e se estamos disponíveis

para o percorrer em conjunto». Foi com estas palavras que o ministro da Justiça, António Costa, se dirigiu a todas as bancadas da Assembleia da República, quinta-feira passada, durante a interpelação ao Governo do PP e que incidiu sobre os temas da justiça e da segurança dos cidadãos.

Depois, António Costa lembrou que os objectivos estratégicos do Governo socialista é o de «colocar a justiça ao serviço da cidadania e do desenvolvimento», política que se desdobrará em três áreas prioritárias: combate à morosidade processual, garantia de igualdade de oportunidades no acesso ao direito e à justiça e simplificação da vida dos cidadãos e das empresas.

Identificando um dos principais problemas do seu sector, o membro do Governo referiu que o combate à morosidade processual «exige um trabalho rigoroso, metódico e determinado sobre cada uma das diferentes peças do complexo mecanismo de relojoaria que é a justiça. Passo a passo, numa acção de conjunto, suportada numa estratégia coerente que passa pela reforma da administração do sistema de justiça; pela execução de um programa especial de recuperação e

saneamento das pendências acumuladas; pela prossecução do reforço dos meios em instalações, equipamentos e pessoal; pelo desenvolvimento de mecanismos de prevenção de litígios e de meios alternativos, extrajudiciais, de composição dos litígios; e pela simplificação e desburocratização dos mecanismos e actos processuais.

Melhor gestão de meios

No final de Fevereiro, frisou António Costa, serão apresentadas publicamente os três novos diplomas essenciais da reforma da administração da justiça: a nova lei orgânica do Ministério, a lei de autonomia administrativa e financeira dos tribunais superiores e a que institui os administradores dos tribunais. Como salientou o membro do Governo, «tratam-se de três diplomas fundamentais para dotar o sistema de operacionalidade na gestão dos meios, capacidade de análise prospectiva e planeamento, condições de auditoria e dotar o Ministério das condições técnicas que permitam efectivizar as competências constitucionais na definição e execução das políticas de justiça, e institucionalizando a participação permanente dos utentes do sistema de justiça na definição e avaliação das suas políticas».

De acordo com o ministro da Justiça, também no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) se poderá constatar «o importante crescimento das verbas destinadas à informatização dos tribunais, que viabilizarão o objectivo anunciado na discussão do programa do Governo: a conclusão até 2001 da instalação integral da rede informática dos tribunais». Também no Orçamento do Estado de 2000, segundo o ministro da Justiça, se poderão encontrar as verbas necessárias para o preenchimento das 1000 vagas existentes nos quadros dos oficiais de justiça, «que já têm concurso aberto e que entrarão em formação no próximo dia 1 de Março e ao serviço em 15 de Setembro». Nesta última data, acrescentou o membro do Governo, entrará também ao serviço o segundo grupo de assessores, que será formado no Centro de Estados Judiciários. «Pela primeira vez, em muitos anos, o ano judicial abrirá com os quadros completos», referiu. Outras medidas que serão assumidas pelo ministro da Justiça visam a prevenção de litígios emergentes do contrato de seguro e da concessão do crédito e, a 31 de Março, a abertura de um debate nacional sobre os limites e o papel do Estado na promoção dos meios de conciliação, mediação e arbitragem.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA **Cancelada visita de Estado à Áustria**

SAMPAIO SOLIDÁRIO COM GOVERNO

A chegada da extrema-direita ao Governo de Viena levou o Presidente da República, Jorge Sampaio, a adiar a sua visita de Estado à Áustria, prevista para 1 e 3 de Março. Idêntica decisão tomou o príncipe de Gales, também com uma viagem agendada para aquele país em Maio. Em entrevista ao diário francês «Le Monde», o primeiro-ministro e presidente em exercício do Conselho Europeu, António Guterres, respondeu à ameaça do extremista Joerg Haider. Se a Áustria eventualmente boicotar o funcionamento da União Europeia, essa atitude não deixará de ter sérias consequências, advertiu o chefe do Governo português.



O Presidente da República, Jorge Sampaio, anunciou segunda-feira que adiou a sua visita de Estado à Áustria «em conformidade com as decisões do Governo português» e que foram anunciadas a 31 de Janeiro passado. Esta decisão foi primeiro comunicada ao presidente da Áustria, Thomas Klestil.

Na conversa telefónica com Thomas Klestil, Jorge Sampaio considerou inevitável o adiamento da visita, agendada para 1 de Março e para ser concluída no dia 3 do mesmo mês, mas expressou o desejo de que os laços entre os dois países se mantenha preservados no futuro», lê-se na nota oficial emitida pelo Palácio de Belém. A participação da extrema-direita no novo Governo de Viena está na origem do adiamento da visita do chefe de Estado, bem como a aplicação de medidas políticas sancionatórias contra a Áustria por parte dos restantes 14 países membros da União Europeia.

Também o Palácio de Buckingham anunciou terça-feira o adiamento de uma visita do príncipe Carlos à Áustria, prevista para Maio, sendo esta decisão justificada com «as actuais circunstâncias» do novo poder daquele país. «À luz das actuais circunstâncias, a visita do príncipe Carlos à Áustria foi adiada», disse um porta-voz do Palácio de Buckingham, sem querer precisar se este adiamento se devia à chegada ao poder da extrema-direita austríaca. «Uma decisão quanto a uma visita ulterior será considerada em tempo próprio», acrescentou. «O príncipe de Gales, como todos os outros membros da família real, desloca-se ao estrangeiro após acordo com o Governo» britânico, explicou o mesmo responsável. O príncipe Carlos deveria ser o patrono da «Britain Now», organizada pela Câmara do Comércio britânica.

Matar a serpente no ovo

Também na terça-feira, em entrevista ao

diário francês «Le Monde», o primeiro-ministro declarou que um eventual bloqueio do funcionamento da União Europeia pela Áustria terá «necessariamente consequências», embora a União não disponha de instrumentos para limitar os direitos de um Estado-membro. «É evidente que estaremos atentos. Uma posição não construtiva da Áustria terá necessariamente consequências», rematou António Guterres.

O primeiro-ministro recordou que as sanções contra o Governo austríaco são de carácter político e considerou que outro tipo de medidas, como a suspensão dos direitos da Áustria enquanto Estado-membro da União Europeia, só poderão ser adoptadas se Viena violar as normas do Tratado de Amsterdão. «As declarações do Governo austríaco mostra que reagirá de forma construtiva», disse. Nas declarações ao jornal «Le Monde», António Guterres reafirmou que a imposição de sanções à Áustria «não deve

afectar o funcionamento» da União Europeia, justificando o convite da presidência portuguesa à ministra dos Assuntos Sociais austríaca, Elisabeth Sickl, para participar numa reunião informal dos «Quinze», sexta-feira, em Lisboa. O secretário-geral do PS considerou, no entanto, que os parceiros da Áustria na União Europeia devem permanecer firmes, porque o novo Governo de Viena integra um partido «cujas posições políticas são contrárias aos princípios e valores» da União Europeia. «Numa Europa que tem os seus valores, que para mais se vai alargar, é importante agir face a um partido que apresenta um carácter xenófobo evidente, sem cuidar das consequências imediatas», disse o primeiro-ministro, antes de concluir com a seguinte afirmação: «É melhor matar a serpente enquanto ela estiver no ovo».

Programa social cancelado

Entretanto, na segunda-feira, O Governo português decidiu encurtar o programa de reunião informal dos ministros dos Assuntos Sociais da União Europeia, em Lisboa, por causa da presença da ministra de extrema-direita do novo Governo austríaco. A reunião estava prevista para se estender de sexta-feira até sábado. No entanto, todo o programa previsto para o dia 12 deste mês, sábado, foi cancelado devido à presença da ministra austríaca. As obrigações protocolares e de cortesia mantêm-se, mas o programa social foi cancelado. No segundo dia de reunião, agora cancelado, estava prevista uma visita dos ministros e acompanhantes ao parque das Nações e outras à volta da zona da capital. Este segundo dia é normalmente dedicado a divulgar junto dos ministros e seus acompanhantes a história, a cultura, as gentes e até a gastronomia das diferentes regiões do país anfitrião.

DESTAQUE – CM

TAP

MODERNIZAR E VALORIZAR

O Governo Socialista aprovou um decreto-lei que altera o processo de reprivatização indirecta do capital social da TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SA, e estabelece a reestruturação da empresa. A decisão foi tomada na passada quinta-feira, dia 3, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros.

O diploma visa a modernização e a valorização da TAP, inserindo-a no quadro de alianças, à escala europeia e global, que caracteriza o actual panorama do transporte aéreo.

A reestruturação da empresa assenta na autonomização das três aéreas de negócio

principais - transporte aéreo, assistência em escala e manutenção e engenharia - passíveis de serem organizadas em sociedades anónimas, com salvaguarda da gestão estratégica do grupo TAP. Prevê-se, assim, a constituição da TAP, SGPS, e o destacamento, por meio de cisão simples, de parte do património da TAP, SA, constituindo, assim, duas novas sociedades, a TAP - Serviços Portugueses de Handling, SA, e a TAP - Manutenção e Engenharia, SA, ou, eventualmente, outras sociedades que tenham por objecto principal a prestação de serviços ao grupo TAP.

A TAP, SA, mantém as actuais

denominações previstas no artigo 1º do decreto-lei n.º 312/91, de 17 de Agosto, e a propriedade da marca TAP, tendo por objectivos a prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, bem como das actividades que lhe sejam complementares.

As novas sociedades destacadas sucedem na posição jurídica da TAP, SA, quanto às licenças, concessões e alvarás, bem como quanto a contratos inerentes à respectiva actividade, de handling ou de manutenção e engenharia, no seio da TAP, SA.

O capital social das sociedades reestruturadas passará a ser detido pela

TAP, SGPS, que detém, igualmente, as participações sociais detidas pela TAP, SA, no momento da cisão.

Prevê-se igualmente que a privatização da TAP possa processar-se em fases posteriores à 1ª e 2ª fases previstas no decreto-lei n.º 122/98, e que a 2ª fase se concretize antes de a 1ª estar concluída, podendo realizar-se mediante oferta pública de venda de acções da TAP, SGPS, destinada a trabalhadores da TAP, SA.

A aquisição de acções pelos trabalhadores poderá ter como contrapartida créditos resultantes de ganhos de produtividade efectivamente obtidos e atribuíveis à sua prestação de trabalho.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AGRICULTURA

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, afirmou na sexta-feira, dia 4, em Portalegre que a agricultura portuguesa vai beneficiar de um apoio de dois mil milhões de contos no período 2000/2006.



Vítor Barros falava durante uma reunião com agricultores do distrito sobre o Plano de Desenvolvimento Rural, inserido no Programa Operacional para os sectores da agricultura e do desenvolvimento rural do III Quadro Comunitário de Apoio.

O governante esclareceu que «uma parte importante dessa verba é para compensar a quebra de preços de alguns produtos no âmbito das Organizações Comuns de Mercado, tais como cereais, bovinos, leite e vinho».

No entanto, acrescentou, os agricultores poderão contar com outros apoios estimuladores do investimento, nomeadamente os que pretendem praticar uma agricultura compatível com o ambiente.

COMÉRCIO

O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro afirmou, no dia 4, que serão necessários «pelo menos dez milhões de contos» para dinamizar o pequeno comércio das zonas rurais do interior com interesse social.



Trata-se de um novo programa de reconversão do comércio, desta vez, segundo o secretário de Estado, visando as pequenas lojas «dos lugares mais

remotos das freguesias rurais», nomeadamente, as situadas em zonas serranas.

Pela importância social que desempenham, quer em termos de abastecimento de produtos, quer por constituírem os locais de encontro da comunidade, o posto de distribuição de correio e telefónico, essas lojas vão ser agora abrangidas pelos apoios comunitários.

Embora estimasse em dez milhões de contos a verba necessária para modernizar esse pequeno comércio, Osvaldo Castro declarou não haver ainda uma verba fixada. «Tudo está dependente de um estudo que está a ser efectuado, visando um levantamento das necessidades e das áreas onde vai ser necessário intervir», disse.

O governante, que participou, em Faro, num encontro com representantes das associações de comércio e com alguns autarcas da região, revelou que outra das áreas de intervenção do seu departamento será o comércio electrónico, aproveitando as potencialidades da Internet.

ECONOMIA

O ICEP vai organizar uma semana de promoção da economia portuguesa em Itália, no princípio do próximo ano, à semelhança do certame que está actualmente a ser montado para Madrid, e que deverá decorrer em Outubro.



O assunto ficou decidido sexta-feira, em Lisboa, durante uma reunião entre o ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, e o seu homólogo italiano para a área do comércio externo, Piero Fassino.

Durante os encontros, a propósito da presidência portuguesa da União Europeia, que o ministro português está a desenvolver com vários responsáveis governamentais italianos, ficou acordado realizar acções recíprocas de promoção da economia dos dois países.

Assim, a Itália também terá direito à sua semana de promoção em Portugal, a qual deverá decorrer ainda este ano, provavelmente em Novembro ou Dezembro.

No encontro com Piero Fassino ficou ainda acordado estabelecer um novo protocolo de relacionamento económico entre os dois países, que deverá ser assinado entre o ICEP e o seu homólogo italiano no próximo

mês de Março.

Também o sector de construção de infra-estruturas foi abordado na reunião entre Pina Moura e Fassino.

No encontro com o ministro português, o governante italiano mostrou-se ainda interessado no sector do turismo.

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação defendeu, domingo, dia 6, na Régua, a necessidade de proporcionar a toda a população as condições mínimas de habitação e acabar o mais depressa possível com as barracas.



Leonor Coutinho presidiu à assinatura do acordo de cooperação entre a Câmara da Régua e o Instituto Nacional de Habitação (INH), para a construção de 40 fogos.

Este acordo foi estabelecido no âmbito de um projecto de recuperação e reabilitação de zonas degradadas, através da construção de 40 habitações sociais, e a consequente demolição das barracas ou imóveis «abarracados».

O presidente da Câmara da Régua explicou que se trata de um empreendimento com um custo global de 334 mil contos, participado em 50 por cento, a fundo perdido, pelo INH, sendo os restantes 50 por cento cedidos por intermédio de um empréstimo a longo prazo.

Segundo Leonor Coutinho, o Governo pretende, «em muitos casos», em vez de construir de novo, efectuar a recuperação das casas.

«A reconstrução fica mais barata, tem mais vantagens do ponto de vista ambiental e do respeito pelo património tradicional», frisou.

A governante referiu que vai ser apresentada à Assembleia da República uma nova legislação que «pretende apoiar a reconstrução das casas antigas recuperáveis, nomeadamente nos casos em que as rendas que os proprietários recebem são tão baixas que não permitem realizar as obras necessárias».

A secretária de Estado explicou que, mais de 70 por cento da população portuguesa vive em casa própria e, a pensar na classe média, houve uma extensão do crédito de habitação à reparação de casas, com baixas taxas de juro e bonificação, «no caso do rendimento das pessoas ser baixo».

IGUALDADE

A ministra da Igualdade, Maria de Belém, dispõe de 1,3 milhões de contos para o seu plano para o ano 2000, mais 75 por cento do que o orçamento das entidades que se fundiram na nova pasta.



Em conferência de Imprensa realizada terça-feira, dia 7, em Lisboa, a governante considerou esta verba «suficiente» para permitir a avaliação do impacto em termos de género de todas as políticas sectoriais.

Com este orçamento, a ministra reforçará o financiamento do próprio gabinete e dos três organismos que tutela directamente, designadamente, as Comissões para a Igualdade dos Direitos das Mulheres (CIDM) e no Trabalho e no Emprego (CITE) e o Alto Comissariado para os Imigrantes e Minorias Étnicas.

Maria de Belém entende que este reforço orçamental para 2000 era «indispensável» porque, apesar dos «inegáveis progressos» em termos legislativos, a sociedade portuguesa ainda funciona em larga medida no «mundo do trabalho» como se as mulheres não tivessem emprego e como se os homens não tivessem família.

Do orçamento para a Igualdade, cerca de 485 mil contos destinaram-se à CIDM, outros 235 mil à CITE e 130 mil contos ao ACIME.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, exortou na passada quinta-feira, dia 3, os autarcas transmontanos a definirem as prioridades para a região de forma a serem contempladas pelo III Quadro Comunitário de Apoio(QCA).

Um grupo de autarcas daquela região deslocou-se a Lisboa para dar a conhecer à governante um plano estratégico, elaborado pela Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro (AMTAD), que representa os 36 municípios transmontanos. Um valor superior a 300 milhões de contos seria necessário para concretizar este plano e resolver todas as carências nele enumeradas, de acordo com os cálculos da associação.

«Trata-se de um documento de trabalho central, mas que tem de ser trabalhado. Esta listagem tem de passar por um segundo filtro porque o dinheiro é limitado», disse Elisa Ferreira.

De acordo com a ministra do Planeamento, é necessário que os autarcas seleccionem

CARTAZ

25 ABRIL
25 ANOS



300 EXEMPLARES EDIÇÃO LIMITADA

Formato 40x60 cm, impresso a cores em papel couché
500500 MAIS PORTES DE CORREIO

Pretendo receber, na morada indicada, o Cartaz 25 de Abril 25 Anos

Envio Cheque Vole Correio No valor de 750\$00
Inclui custos de envio

Nome _____
 Morada _____
 Cod. Postal _____
 Telefone _____ África ou assinatura
 Telex _____

Por favor destaque este cupão e envie para a seguinte morada:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - 1400 Lisboa

Se desejar, poderá utilizar o seguinte email: acao.socialista@partido-socialista.pt

PELO PAÍS

Governança Aberta

agora os projectos prioritários, porque as questões estruturantes têm que ficar resolvidas no novo Quadro Comunitário de Apoio.



Esta selecção será feita em colaboração com a Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), e só depois será possível definir qual o montante de fundos que poderá ser afecto a esta região.

Elisa Ferreira assegurou, no entanto, que «Trás os Montes vai receber mais que no anterior Quadro Comunitário de Apoio», no que se refere a fundos comunitários.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária classificou o porto de Sines como uma infra-estrutura estratégica que reforça o papel de Portugal na frente Atlântica Europeia.



Narciso Miranda, que falava aos jornalistas, no dia 3, durante uma visita que efectuou aquelas instalações portuárias, recordou que de Sines partirá «um dos corredores multimodais de ligação à Europa».

A visita, efectuada a convite da Administração do Porto de Sines, serviu para o governante se inteirar dos vários projectos de expansão portuária previstos para os próximos anos, nomeadamente a ampliação do Terminal Multipurpose, a modernização do Terminal Petrolífero, o aumento de postos de amarração do Porto de Recreio e a reabilitação paisagística da pedra de Monte Chãos.

Estão ainda previstos os projectos relativos ao Terminal XXI (para trasladação de

contentores) e ao gás natural, num investimento global de cem milhões de contos que incluirá igualmente acessibilidades, ordenamento e edifícios para os pescadores.

Estes investimentos foram considerados por Narciso Miranda como «dinamizadores de progresso e desenvolvimento» e resultantes «de um perfeito casamento entre o Porto de Sines e a comunidade local».

TRABALHO E SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou, sexta-feira, em Barcelos, estar de «consciência tranquila» relativamente ao parecer emitido pelo Tribunal de Contas (TC) acerca do Rendimento Mínimo Garantido.



Ferro Rodrigues, que falava à margem da inauguração de um centro social e paroquial em Gilmonde, Barcelos, declarou ter «não apenas a consciência tranquila, mas também a certeza de que o rendimento mínimo melhorou muito a situação social das famílias com grande exclusão e pobreza em Portugal».

«É evidente que ao fim de dois anos só um milagre é que levaria a que houvesse um programa social novo que não tivesse nenhuma espécie de dificuldade», frisou Ferro Rodrigues, acrescentando que vai «arcar com a responsabilidade e responder» às questões levantadas pelo TC.

«Penso que a questão de fundo é que o rendimento mínimo garantido é uma grande resposta social que tem melhorado a vida de centenas de milhares de portugueses de todo o País», salientou.

Ferro Rodrigues considerou que, pelo facto de poder ter alguns problemas, que «já tinha detectado» e «algumas fraudes claramente minoritárias», não pode «pôr-se em causa o valor social do rendimento mínimo».

De acordo com o governante, o rendimento mínimo «foi um programa novo no qual a segurança social pública fez um grande esforço», com o dobro do número de pessoas no terreno, com «mais gente e mais técnicos».

«Era a única forma de ter muito mais controlo e mais capacidade sobre o programa», disse.

«Não se pode olhar para o rendimento mínimo com olhos excessivamente burocráticos ou tecnocráticos, é preciso ver que é uma resposta social de longo alcance», realçou Ferro Rodrigues.

REVITALIZAR CAPITAL DE RISCO

O primeiro-ministro, António Guterres, anunciou, no dia 4, que o Governo pretende «revitalizar o mercado financeiro em termos de capital de risco, desenvolvendo uma estratégia global ao nível do sector público para facilitar o acesso a este tipo de capital». Falando durante uma visita à empresa Maconde (Vila do Conde), Guterres afirmou que o Estado, «como accionista, vai dar à Caixa Geral de Depósitos indicação para ter um papel liderante no domínio do capital de risco», de forma a contrariar a «pouca tradição» e «relutância» que existe em Portugal em relação a esta actividade.

De acordo com o chefe do Executivo socialista, esta é, aliás, uma tendência partilhada por toda a Europa que, na sua opinião, não tem demonstrado tanta «agilidade e sentido do risco» quanto os mercados financeiros dos Estados Unidos da América.

«Estamos a trabalhar em íntima colaboração com o Banco Europeu de Investimentos para criar uma verdadeira cultura de capital de risco na Europa», dirigida aos que demonstram «capacidade e apresentam boas ideias e projectos», sublinhou.

Durante a sua intervenção, António Guterres salientou que a visita à Maconde se revestia de um carácter «simbólico», já que para além de se destacar pela «qualidade dos seus produtos e pelo seu êxito empresarial», o grupo se assume como «o maior caso de êxito na cooperação entre empresas industriais e empresas de capital de risco em Portugal».

«É importante que saibamos aproveitar os exemplos de excelência que há em Portugal para os generalizarmos a todos os que também têm ideias e projectos», mas não dispõem de capacidade própria para os financiar, afirmou.



Neste âmbito, o Plano Operacional da Economia (POE) disponibilizará cerca de 80 milhões de contos (400 milhões de euros), dos quais 50 por cento para fundos, 15 por cento para aumentos de capital e 15 por cento para garantias.

Guterres referiu-se ainda à indústria têxtil portuguesa como sendo «um sector com futuro, que compete cada vez mais em gamas altas, com tecnologias de ponta e boa gestão», frisando que o papel do Estado é, sobretudo, o de «não atrapalhar» e o de «multiplicar as experiências que granjeiam ao sector uma reputação de qualidade e eficiência».

Comentando os valores divulgados sexta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística sobre a taxa de desemprego em Portugal, situando-a nos 4,1 por cento, António Guterres classificou-os como «bons», mas sublinhou que tal «não quer dizer que o problema do desemprego esteja resolvido para sempre».

«É preciso apoiar e incentivar as empresas que, em sectores tradicionais, utilizam muita mão-de-obra e produzem com qualidade tecnológica», frisou, acrescentando que continua a haver, em Portugal, «problemas estruturais em termos de qualificação e formação dos trabalhadores».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 3 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que altera o processo de reprivatização indirecta do capital social da Transportes Aéreos Portugueses, SA, e aprova a reestruturação da empresa;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental transpondo para a ordem jurídica interna a legislação comunitária correspondente;
- Um decreto-lei que prevê a segunda fase do processo de reprivatização da GALP - Petróleo e Gás de Portugal, SGPS, SA;
- Uma resolução que determina o concorrente vencedor na primeira fase do processo de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão (SRP.CB);
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime jurídico de instalação das infra-estruturas de telecomunicações em edifício e respectivas ligações às redes públicas de telecomunicações, bem como o regime da actividade de certificação das instalações e avaliação de conformidade de equipamentos, materiais e infra-estruturas;
- Uma proposta de resolução que consagra o acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre a promoção e a protecção mútua de investimentos e respectivo protocolo;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária que estabelece as normas mínimas relativas à protecção dos animais nas explorações pecuárias.

AVALIAÇÕES DE IMPACTES VINCULATIVAS E RIGOROSAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 3, o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental.

Esta decisão transpõe para o quadro legal nacional transpondo para a ordem jurídica a legislação comunitária existente sobre a matéria.

Decorrida uma década sobre a realização de estudos de impacto ambiental, à luz do decreto-lei n.º 186/90, de 6 de Junho, e tendo em conta a experiência entretanto adquirida, o Governo socialista aprovou o novo regime jurídico da avaliação de impacto ambiental, no quadro da recente aprovação, pelo decreto n.º 59/99, de 17 de Dezembro, da Convenção sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais num Contexto Transfronteiras e, sobretudo, da

directiva 97/11/CE do Conselho, de 3 de Março de 1997, que veio alterar a Directiva 85/337/CEE versada nesta temática.

Com este diploma, e em execução do disposto nos artigos 30º e 31º da Lei de Bases do Ambiente, no âmbito do novo procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), estabelece-se o carácter vinculativo da decisão («Declaração de Impacte Ambiental» - DIA) do ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, salvaguardando o primado dos valores ambientais, e clarifica-se o quadro procedimental a que tal avaliação deve obedecer, ajustando, com maior rigor, os direitos de participação do público e do acesso do público à informação.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar

NAS BANCAS

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Justiça

CONTRA PANACEIAS...



«A justiça é uma questão de Estado, e não pode constituir uma arma de arremesso político partidário, sob pena de se agravar drasticamente a confiança dos cidadãos na

sua administração». Foi com estas palavras que o deputado socialista Joaquim Sarmento alertou, no passado dia 4, na Assembleia da República, para a responsabilidade social em matéria de reforma da Justiça.

Sarmento falava na sessão plenária em que se debatia a aprovação da proposta de lei governamental que introduzia três novos instrumentos de gestão da Justiça, nomeadamente o encurtamento do estágio, as nomeações de juizes jubilados e o recrutamento de advogados para o exercício de funções de magistrados.

«A proposta de lei em análise é meramente conjuntural e transitória, inserindo-se numa pequena espiral de medidas simples e agilizadoras do sistema por forma a combater a morosidade judicial, de que os processos pendentes são um exemplo evidente», explicou.

Segundo Joaquim Sarmento, «tais medidas suscitaram, nas audiências realizadas da 1ª Comissão, a apreciação genericamente positiva do procurador geral da República, dos representantes do Conselho Superior de Magistratura, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e do próprio Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, que apresentou algumas sugestões concretas ao aperfeiçoamento do diploma».

Acrecece o parlamentar do PS que as mesmas medidas «não constituem qualquer elixir ou



solução miraculosa para a resolução de todos os problemas da Justiça, cuja crise, nós socialistas, não sonhamos, mas também não dramatizamos, como algumas cassandras que pululam na praça pública o fazem ao pressagiarem desgraças alheias, na ocultação freudiana das suas desgraças caseiras».

«A ordem jurídica precisa de estabilidade», recordou o deputado do PS, citando o ministro da Justiça.

Neste contexto, Joaquim Sarmento defendeu que a prioridade não está na mudança das leis, mas no combate à morosidade processual, «de que estas medidas simples são exemplo paradigmático».

«A reforma da Justiça afigura-se como um grande combate onde são intervenientes todos os responsáveis pelo seu sistema. Esta iniciativa é um contributo positivo para esse combate, constituindo uma válvula de escape para aliviar o sistema e não uma panaceia para a cura de todos os males», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Situação na Áustria

DIREITA PORTUGUESA LÁ VAI CANTANDO E RINDO...



A perspectiva do regresso da extrema-direita ao poder na Áustria - que se veio a verificar - dividiu no dia 2 os deputados da Assembleia da República.

Esquerda e direita divergiram sobre a posição da União Europeia, de ameaçar com sanções políticas a Áustria no caso do Partido Liberal de extrema-direita de Joerg Haider integrar o futuro Governo em coligação com o Partido Conservador, como veio a acontecer. Enquanto a esquerda defendeu a tomada de posições enérgicas, a direita portuguesa, sempre original, olha para o lado, minimiza o caso, e lá vai cantando e rindo alheia ao perigo que representa a chegada da extrema-direita ao poder na Áustria. Que mal fizemos para ter esta direita?

Numa declaração política proferida em nome do GP/PS, Medeiros Ferreira disse que a chegada do Partido Liberal ao Governo austríaco «pode deitar a perder tudo o que se ganhou com a unificação alemã, com a abertura da União Europeia aos novos regimes democráticos dos países de Leste e até com a União Económica e Monetária».

O deputado socialista recordou que Joerg Haider «elogiou a política social do III Reich, considerou os campos de concentração como campos disciplinares e demonstrou a sua consideração pelos membros das Waffen SS», acrescentando que «para quem se quer com um projecto diferente para o futuro são demasiadas e horribéis as suas referências ao passado».

«Queremos uma Europa que avance para formas de progresso político e social, que aprofunde a sua união económica e a coesão

social e rejeite as tentações agressivas, racistas, totalitárias, que já estiveram na base da sua ruína», sustentou.

Medeiros Ferreira disse não ter dúvidas em apoiar a «atitude firme e prudente» dos 14 parceiros da Áustria na UE.

«Não se diga que esse esclarecimento do comportamento dos 14 Governos da UE é uma ingerência num assunto interno da Áustria. É apenas o anúncio das decisões que cada Estado-membro pode tomar enquanto Estado soberano, sem afectar os tratados internacionais de que são co-signatários com a Áustria», explicou.

É preciso ter memória

O camarada Manuel Alegre pediu também a palavra para apoiar a decisão de António Guterres e recordar que Adolf Hitler também chegou ao poder através de eleições.

«É preciso ter memória e não esquecer que Hitler também foi para o poder com votos e depois fez os campos de concentração que o sr. Haider chama de reeducação», alertou.

O deputado socialista sublinhou que «um país como Portugal não se pode esquecer dos milhões de emigrantes que tem espalhados pela Europa e pelo Mundo», numa referência às ideias racistas e xenófobas do Partido Liberal austríaco.

«A Democracia não começa nem acaba nas eleições. Os povos têm de ser responsabilizados pelo seu voto. Trata-se de uma prevenção. Não pode haver lugar para partidos cuja lógica leva aos campos de concentração. Ainda bem que a Europa de hoje não teve o excesso de serenidade que levou à capitulação da Europa democrática em 1939», concluiu.

J. C. CASTELO BRANCO

BIOSSEGURANÇA

OGM

O DIREITO DE DIZER NÃO

O PS chumbou, na passada quinta-feira, dia 3, no Parlamento os dois projectos de lei (do BE e do PEV) sobre os organismos geneticamente modificados (OGM).

O voto contra dos socialistas aos dois projectos de lei, que prevêm a proibição da produção, comercialização e importação deste tipo de alimentos, impediu a viabilização dos documentos, mesmo que todos os restantes grupos parlamentares votem favoravelmente.

A deputada socialista Maria Santos explicou à Imprensa as razões para o voto negativo do GP/PS e anunciou a apresentação de um projecto de resolução sobre a matéria.

A parlamentar disse que «não faz sentido» Portugal legislar agora sobre esta matéria, numa altura em que foi aprovado, em Montreal, um protocolo mundial sobre a matéria e em que a União Europeia está a elaborar regulamentação «mais firme, exigente e apertada» sobre os OGM.

A deputada sublinhou que deve primeiro ser aplicada a directiva comunitária sobre esta matéria.

Além disso, lembrou que o protocolo de Montreal dá aos países o «direito de escolha»

do que se está a importar, o «direito de dizer não» e consagra como princípio fundamental o direito à informação.

O voto contra da bancada socialista não significa que não dê importância ao tema. A deputada socialista disse que o PS iria apresentar no debate parlamentar de quarta-feira, dia 9, um projecto de resolução com quatro pontos.

O projecto preconiza que seja feito o acompanhamento parlamentar do assunto, que seja realizado um debate nacional sobre os OGM, que seja criada uma comissão independente de peritos sobre biossegurança e ainda que seja elaborada uma Estratégia Nacional sobre Biotecnologia.

Além destas medidas constantes do projecto de resolução, o Grupo Parlamentar do PS quer ver aprovada durante a presidência portuguesa da UE uma nova directiva sobre OGM, quer ver criado um Laboratório Nacional de Referência e adoptado um mecanismo de Responsabilidade Civil.

No âmbito do debate sobre este assunto, Maria Santos disse que foi aprovada já a realização de várias audições parlamentares de elementos da comunidade científica e do meio económico.

DEPUTADO BARBOSA DE OLIVEIRA

Segurança Social

PSD CONFUSO APRESENTA PROPOSTA SEM FUNDAMENTO



O desnoite é total no PSD. E os deputados laranja já estão a ser afectados pela luta fratricida que se trava entre os três candidatos à liderança do seu partido.

Já não estudam os «dossiers» e apresentam propostas sem fundamento.

De pós-modernos a ultramontanos, de neoliberais a social-democratas ultra-light, de barões a duques, a confusão está instalada no reino laranja.

Numa intervenção no dia 28 de Janeiro, no Parlamento, durante a discussão de uma apreciação parlamentar em que o PSD pretendia que a AR deliberasse no sentido da suspensão de um decreto-lei que revê as taxas contributivas do regime geral da Segurança Social dos trabalhadores agrícolas da Madeira, o deputado do PS Barbosa de Oliveira referiu que a referida apreciação parlamentar «encontra-se prejudicada à partida, já que

parte de premissas erradas, talvez por desconhecimento dos seus autores quanto ao processo legislativo».

Pedagogicamente, Barbosa de Oliveira explicou aos deputados laranja que «a Assembleia Legislativa Regional não tem competência para proceder à revisão das taxas contributivas dos trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas e equiparadas desenvolvidas na Região». O que, de resto, adiantou Barbosa de Oliveira, terá constituído a principal razão que levou o Governo em perfeitíssima consonância e sintonia com as instituições regionais a tomar a iniciativa de legislar sobre esta matéria».

Ao longo da sua intervenção Barbosa de Oliveira explicou o processo legislativo referente a esta matéria que os deputados laranja revelaram desconhecer, para concluir que a apreciação parlamentar em discussão «carece de sentido e fundamento, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PS não dá o seu acordo à pretensão do PSD».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA MARIA SANTOS

Biotecnologia

O PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO



A deputada socialista Maria Santos defendeu, no passado dia 2, no Parlamento, a aplicação cuidada do princípio de precaução relativamente à produção, importação/

exportação e comercialização de organismos geneticamente modificados (OGM).

Argumentando em favor da prevenção, a parlamentar do PS recordou que «A fragilidade dos saberes neste domínio é generalizada» e que «a opinião pública portuguesa não foi, ainda, suscitada para um debate nacional, que se exige aprofundado, rigoroso e cientificamente sustentado, sobre as novas biotecnologias».

Recorde-se que o GP/PS propôs, em Dezembro último, a realização de uma Audição Parlamentar, no âmbito da 4ª Comissão, relevando a necessidade de uma reflexão ponderada e conjunta sobre os diversos enquadramentos desta problemática, de modo a garantir maior eficácia à acção política e legislativa.

Na opinião da bancada do PS, impõe-se, nesta matéria, um acompanhamento das discussões e iniciativas sobre transgénicos que têm sido realizadas recentemente a nível internacional (Cimeira de Montreal) e comunitário (revisão da directiva sobre OGM).

«Propõe-se, por isso, que a Comissão de Assuntos Europeus aproveite a oportunidade, nesta sessão legislativa, para um reforço do acompanhamento do processo comunitário nesta matéria», declarou, assegurando que «a



reflexão já produzida no seio das instituições comunitárias ultrapassa em muito a informação que possamos recolher e ponderar unilateralmente».

Relativamente ao texto da nova directiva

européia sobre biotecnologia, Maria Santos lembrou alguns pontos fundamentais, nomeadamente a aplicação do princípio da precaução; a obrigação de assegurar a traçabilidade dos OGM em todas as fases, desde a produção ao destino final; a avaliação dos riscos ambientais, antes de se proceder a uma notificação; a avaliação de risco de genes que manifestem resistências aos antibióticos e uma rotulagem clara e sem ambiguidades dos produtos.

Destaque-se ainda que, ao nível dos

procedimentos é exigido o parecer de diversos comités (plantas, saúde humana e animal), confirmada a cláusula de salvaguarda e a consulta pública.

Por outro lado, a deputada do GP/PS não deixou de frisar a importância das decisões recentemente tomadas em Montreal, com a aprovação do Protocolo sobre Biossegurança, para o qual pediu a ratificação urgente.

«No Protocolo está consignado direito de escolha: o direito de um país saber o que está a importar e a dar o seu consentimento prévio» referiu, lembrando ainda o direito de dizer não, ou seja, o direito de um governo rejeitar uma importação de OGM se a mesma representar uma ameaça ecológica ou alimentar; o direito à informação e o princípio da precaução.

Maria Santos adiantou meia dúzia de iniciativas cuja adopção o GP/PS considera urgentes para «tornar mais consistente, mais transparente e participado o processo de decisão política».

O acompanhamento e aprovação da nova directiva sobre OGM, a realização de um debate nacional sobre OGM; a elaboração de uma estratégia nacional sobre biotecnologia; a criação de uma comissão, independente, de peritos sobre biossegurança; a criação de um Laboratório Nacional de Referência; e a adopção de um mecanismo de responsabilidade civil são as seis propostas socialistas apresentadas.

Finalmente, sem entrar em pormenor na análise dos projectos sobre a matéria da responsabilidade do Bloco de Esquerda e do Partido Ecologista os Verdes, Maria Santos chamou a atenção para a presença nos diplomas de «alguma insustentabilidade científica e inconsistência jurídica», pelo que defendeu que «a sua aprovação criaria um vazio legislativo, ao suspender ou revogar o quadro legal existente, e colocaria o Estado Português em situação de contencioso comunitário, quer no plano dos princípios quer no plano normativo».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CARLOS MATOS

Docência

A CÁBULA MAL COPIADA

O Governo do Partido socialista vai por cubro ao problema dos professores contratados que, depois de anos de serviço, são colocados fora do sistema sem qualquer garantia social.

A garantia foi dada, na sessão plenária da Assembleia da república do passado dia 2 – Dia Nacional do Professor –, pelo deputado socialista Carlos Matos, que classificou a situação dos docentes desempregados como «de grande injustiça e humilhação profissional».

«O Governo vai, finalmente, acabar com estas situações», garantiu, acrescentando que «o Ministério da Educação, seguindo o princípio geral comum a todos os trabalhadores em situação de desemprego, activou um conjunto de acções que visam estender este princípio aos professores contratados».

Apointando para a necessidade de uma «escola pública de profissionais motivados, alunos interessados e pais empenhados», Carlos Matos referiu-se ao projecto de lei comunista que prevê a atribuição do subsídio de desemprego aos docentes contratados e posteriormente desempregados.

«Contrariamente ao que o PCP quer fazer passar, a instituição deste subsídio não é uma questão nova que o PCP descobriu agora, nem tão pouco uma questão para a qual o Governo socialista se manteve insensível e inoperante», declarou o parlamentar do PS, assegurando que «é hoje do conhecimento

geral dos portugueses e dos docentes em particular, que a instituição, pelo Governo do Partido Socialista, do subsídio de desemprego para os docentes contratados se encontra em vias de conclusão».

«De facto, rendido a uma visão eleitoralista e determinado a apanhar um comboio que já vai a caminho da última estação, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta um projecto de lei inadequado, atabalhoado e, nalguns aspectos, de difícil concretização».

Segundo Carlos Matos, quem confrontar o projecto de diploma do Executivo sobre esta matéria com o projecto de lei comunista, «facilmente concluirá que este último se trata, em grade medida, de uma cópia do primeiro, mas de uma cópia mal copiada, ou seja, copiaram mal e, no que pretendiam inovar, são incongruentes e inconsequentes».

Para terminar, o deputado Carlos Matos resumiu a posição do GP/PS face à iniciativa legislativa do PCP dizendo que «sendo inatacável do ponto de vista dos objectivos que visa atingir, afigura-se incongruente, inconsistente e até inútil, já que é do conhecimento generalizado que se encontra em fase de aprovação final um diploma do Governo que, para além de mais perfeito do ponto de vista da técnica e solução normativa, apresenta o inegável mérito de comportar igualmente a chancela dos parceiros sociais».

MARY RODRIGUES

GP/PS

Francisco Assis anuncia

PS VAI PROPOR AO GOVERNO A REVISÃO DA CONCORDATA

O PS vai propor ao Governo uma recomendação para abrir um processo de revisão da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé, mas não abdicará de levar a plenário o seu projecto de liberdade religiosa.

O presidente do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Assis, manifestou uma abertura às reivindicações do camarada Manuel Alegre e de outros deputados socialistas para a revisão da Concordata, mas assegurou que não aceitará que o projecto de lei de Vera Jardim aguarde até que um eventual novo acordo entre o Estado Português e o Vaticano seja concluído.

Numa demonstração de apoio ao diploma do ex-ministro da Justiça, Francisco Assis afirmou que o diploma sobre liberdade religiosa será agendado logo após terminada a discussão do Orçamento do Estado do corrente ano, prevista para meados de Março.

«O projecto de lei de Vera Jardim é equilibrado,

correcto, útil, constituindo um passo importante para actualizar uma legislação que já data de 1971», afirmou o líder da bancada socialista.

Numa demarcação clara às críticas que têm sido feitas ao ex-titular da pasta da Justiça, Assis referiu ainda que o diploma do PS «aponta num sentido dialogante e não para travar qualquer questão religiosa, que seria gravíssima no país».

Aventais e crucifixos

O presidente da bancada socialista advertiu igualmente responsáveis políticos do seu partido que pretendam projectar a ideia de que se poderá travar no interior do PS uma guerra entre «aventais e crucifixos».

«Nunca permitirei que se tente abrir um debate desse género e lamento quem tente passar essa ideia, porque a discussão no dia 3 na reunião do grupo foi serena», disse.

UE

Entrevista

GUTERRES QUER NOVA DINÂMICA NA UNIÃO

Com base no lema «A sociedade de Informação», a presidência portuguesa quer dar uma nova dinâmica à União Europeia, disse António Guterres em entrevista publicada no dia 28 no «Neue Züricher Zeitung».

Na conversa com os jornalistas do prestigiado matutino de Zurique (Suíça), Guterres sublinhou que não pretende «aumentar as prescrições, mas sim melhorar a cooperação» no interior da UE.

Advertiu também para a necessidade de a UE fazer a sua reforma institucional e o alargamento, antes de poder alcançar os Estados Unidos da América.

Guterres lembrou depois que a presidência portuguesa recebeu um mandato da Cimeira de Helsínquia para que a Conferência Intergovernamental (CIG) não se limite apenas a discutir os temas pendentes no Tratado de Amsterdão - composição da Comissão Europeia, votos a atribuir a cada país no Conselho e alargamento do princípio das decisões por maioria - mas também questões



como a segurança europeia e a Carta dos Direitos Fundamentais, «sem arrastar a conferência para além do necessário». Noutra passagem da entrevista, Guterres mostrou-se confiante na possibilidade de

eliminar obstáculos à admissão de novos Estados na UE, através de acordos de transição a médio ou curto prazo a estabelecer tanto com membros actuais como com novos membros.

Quanto à Cimeira sobre o Emprego, marcada para 23 e 24 de Março, em Lisboa, o presidente do Conselho Europeu disse que foi adoptada uma estratégia que designou por «utopia pragmática».

Utopia pragmática

A referida estratégia não consiste em elaborar

um programa de emprego quantificado, mas sim em fazer «uma abordagem metódica» dos três pilares deste processo definidos nas anteriores cimeiras de Cardiff (reformas estruturais), Luxemburgo (ocupação) e Colónia (coordenação macroeconómica). Guterres falou ainda no propósito de recuperar o atraso da UE em relação aos EUA, nos próximos 10 anos, através de uma ofensiva de renovação que permita aos europeus colocar os seus produtos no mercado, com a mesma facilidade com que o fazem os norte-americanos.

Passando ao tema da política de defesa e segurança da União (PESC), deu o exemplo das brandas sanções adoptadas contra a Rússia, como prova de que esta política ainda está nos seus primórdios.

No que toca à planeada Cimeira UE-África, mostrou-se optimista.

Guterres lamentou ainda que, apesar dos seus incontestáveis sucessos, a política da UE não tenha contribuído decisivamente para formar uma consciência europeia.

«Temos quinze opiniões públicas, mas não temos uma opinião pública europeia», comentou.

«Cada sociedade funciona ainda demasiado no seu contexto nacional e, lamentavelmente, os egoísmos nacionais reforçaram-se com o fim da guerra-fria», sublinhou o presidente do Conselho Europeu na entrevista ao «Neue Züricher Zeitung».

PE

Estrasburgo

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS PREOCUPADOS COM SITUAÇÃO NA ÁUSTRIA

A extrema-direita já chegou ao poder na Áustria. Mas antes, mal começaram os contactos com vista à formação de um novo governo, os eurodeputados socialistas portugueses assinaram um apelo onde manifestaram a sua «preocupação» pela situação política na Áustria decorrente da abertura de negociações entre «os conservadores e a extrema-direita racista,

xenófoba e anti-europeia, tendo em vista a formação de um governo». No apelo salienta-se que embora a competência para a formação de um governo seja de cada um dos Estados-membros, a União Europeia, os democratas europeus, não podem deixar de reagir ao avanço da extrema-direita para o poder na Áustria».

XENOFOBIA

Espanha

EL EJIDO EM PÉ DE GUERRA RACISTA

Uma segunda fábrica de reciclagem de plástico foi incendiada por desconhecidos na madrugada do dia 9 em El Ejido, cidade da Andaluzia atingida nos últimos dias por uma vaga de violência racista, informaram os bombeiros.

Uma outra fábrica de reciclagem de plásticos fora incendiada na noite de segunda para terça-feira e dois incêndios de menor dimensão foram extintos pelos bombeiros terça-feira à noite, nas explorações agrícolas onde trabalha a maioria dos cerca de 10.000 imigrantes marroquinos de El Ejido. As manifestações racistas em El Ejido, que

eclodiram sábado com a morte de uma jovem espanhola por um alegado marroquino desequilibrado, provocaram cerca de 60 feridos. Embora os confrontos entre espanhóis e marroquinos tenham cessado segunda-feira à noite, centenas de polícias vigiam as ruas da cidade para prevenir novos incidentes.

A Associação de Imigrantes Marroquinos em Espanha (AEME) convocou, entretanto, uma greve ilimitada em El Ejido de protesto contra os actos de violência.

Hoje, os imigrantes marroquinos não foram trabalhar e não haverá venda de produtos hortifrutícolas.

UE

Áustria

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA EM DEFESA DE VALORES E PRINCÍPIOS

A comunidade internacional, e em particular os países membros da União Europeia, estão preocupados com a chegada da extrema-direita ao poder na Áustria.

Nas ruas das principais cidades do Velho Continente as manifestações sucedem-se. Milhares de europeus desfilam diariamente contra o perigo que representa Haider e as suas ideias xenófobas.

Por cá a esquerda condena Haider, enquanto a nossa direita, sempre original, olha para o lado e lá vai cantando e rindo indiferente à ameaça que Haider representa.

Afinal, a nossa direita, com honrosas excepções, sempre conviveu e bem com o Estado Novo.

A presidência portuguesa da União Europeia vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para «garantir a preservação dos valores e dos princípios de humanismo e tolerância democrática, que estão na base do projecto europeu».

Numa nota à Comunicação Social, divulgada no dia 3 sobre a situação política

na Áustria, o Gabinete do primeiro-ministro português sublinha que os «valores e princípios» do projecto europeu têm sido «repetidamente» postos em causa pelo «comportamento político do FPO» (partido da extrema-direita austríaco) e pelo «seu líder».

Na referida nota, o Gabinete do primeiro-ministro adianta que o Governo português «lamenta profundamente a formação do novo governo austríaco com a presença do FPO».

«Portugal passa a aplicar as três decisões acordadas entre os 14 Estados membros da União Europeia», lê-se na nota.

Os 14 Estados-membros decidiram suspender todos os contactos políticos oficiais bilaterais com a Áustria, não promover ou aceitar contactos oficiais a nível político bilateral com o Governo austríaco, não prestar apoio aos candidatos austríacos para cargos em organizações internacionais, enquanto os embaixadores austríacos nas capitais da União Europeia só serão recebidos a nível técnico.

J. C. C. B.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE **Formação**

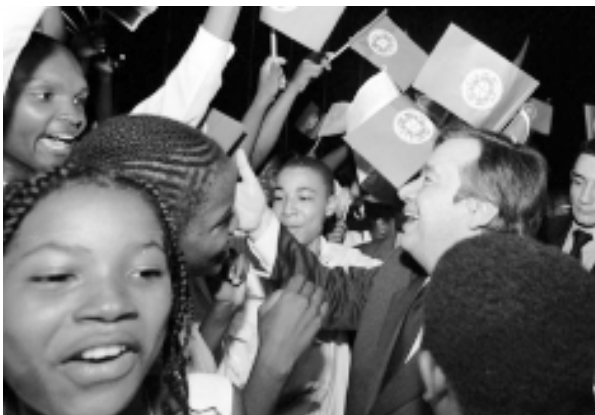
PORTUGAL APOIA APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

Duas acções de formação profissional destinadas a jovens são-tomenses à procura do primeiro emprego e a desempregados começaram, no dia 1, em São Tomé, contando, para tal, com o apoio técnico e financeiro de Portugal.

Em declarações à Imprensa, o coordenador dos cursos, Litos Madeira, indicou que as acções visam proporcionar mais «conhecimentos e competências profissionais» aos jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego, tendo em vista a inserção na vida activa.

Uma das acções de formação, intitulada «Aprendizagem Profissional», destina-se apenas a jovens que foram distribuídos por diversas empresas para aprender uma profissão, de acordo com as suas competências e vocações.

Nesta primeira fase foram seleccionados 15 jovens que poderão aprender carpintaria, marcenaria, costura, escultura e electrónica ao longo de um período que variará entre nove e 15 meses, dependendo da complexidade das profissões ou das dificuldades de



aprendizagem.

A formação em Gestão, em que participam também 15 alunos, destina-se a adultos e

jovens desempregados com vocação e capacidade empresarial e tem a duração de sete semanas.

Os alunos que terminarem o curso com aproveitamento serão beneficiados com apoios técnicos e financeiros para a elaboração de projectos e a consequente criação de empresas.

Durante a formação, os formandos terão direito a bolsas mensais que variam entre os 30 mil dobras (750 escudos) e 40 mil dobras (mil escudos).

As acções de formação visam reduzir o número de desempregados em São Tomé e Príncipe, cuja taxa de população activa se situa apenas nos 35 por cento.

«É mais uma pedra na construção do edifício que é a capacitação da população activa em São Tomé e Príncipe», sublinhou o embaixador de Portugal, Mário Lino, na capital são-tomense, durante a recente cerimónia da abertura dos cursos.

Segundo o diplomata português, São Tomé e Príncipe carece de quadros capacitados para actuar nos diferentes níveis do sector produtivo.

«Este reforço foi acordado em boa hora entre as autoridades portuguesas e são-tomenses», realçou.

TIMOR-LESTE

Direitos Humanos

RAMOS-HORTA APOIA TRIBUNAL PARA JULGAR CRIMES DE GUERRA

O vice-presidente do CNRT, José Ramos-Horta, considera que as violações dos Direitos Humanos no território devem ser julgadas como «crime de guerra».

O prémio Nobel da Paz, que falava em Singapura, congratulou-se com a decisão do comité da ONU que investigou a onda de violência de Setembro passado em Timor-Leste de sugerir às Nações Unidas a criação de um tribunal para julgar os autores das atrocidades.

«Se propõem um tribunal para crimes de guerra, então é uma decisão muito importante», afirmou Ramos-Horta.

O relatório a propor a criação do tribunal foi entretanto entregue depois de ser conhecido o relatório da comissão independente nomeada pelo governo indonésio para investigar os crimes cometidos em Timor-Leste nos dias que se seguiram ao referendo de 30 de Agosto, em que foi decidida a independência do território.

Vários comandantes militares de Jacarta, entre eles o actual ministro para a coordenação dos Assuntos Políticos e Militares, general Wiranto, foram acusados de envolvimento na onda de



violência que devastou Timor-Leste e obrigou mais de 200 mil pessoas a deslocarem-se para o território indonésio de Timor Ocidental.

DIREITOS HUMANOS

Encontro euromediterrânico

FAMILIARES DE DESAPARECIDOS REUNIDOS PARA QUEBRAR O SILÊNCIO

O primeiro encontro euro-mediterrânico de familiares de desaparecidos realiza-se em Paris, Genebra e Bruxelas, entre hoje e sexta-feira, anunciou a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH) em Paris.

Vinte mil desaparecidos dos países do sul e do leste do Mediterrâneo serão representados por 26 familiares de desaparecidos a convite da FIDH, a fim de alertar os governos para que reconheçam «a realidade de um fenómeno» sobre o qual «o silêncio continua a fazer lei».

«O objectivo é obter da União Europeia compromissos formais», no que diz respeito aos desaparecidos, afirma o comunicado da FIDH.

«A UE deve tomar a dianteira para obter a adopção pela ONU de uma Convenção sobre desaparecimentos forçados, e de uma resolução no mesmo sentido da 56ª sessão da Comissão de Direitos Humanos da ONU», defende a FIDH, solicitando que a União Europeia inclua esta questão em todos os futuros acordos bilaterais de associação (Argélia, Líbano, Síria).

A FIDH pede, por outro lado, à França,



que assegure a presidência da UE no segundo semestre de 2000, «para pôr esta questão na agenda da Cimeira de acompanhamento da Conferência euromediterrânica (Conferência de Barcelona), em Novembro de 2000».

«Mais de 20 mil casos de desaparecimentos forçados foram registados até hoje em todo o Mediterrâneo», diz a FIDH, e «é a mesma sede de verdade que une as famílias dos desaparecidos e as leva a agir».

SOLIDARIEDADE

Guterres anuncia

GOVERNO VAI DUPLICAR NÚMERO DE CRECHES

O Governo vai duplicar, nos próximos anos, o número de creches existentes em Portugal, afirmou no dia 5, em Joane, Famalicão, o primeiro-ministro, António Guterres.

O chefe do Governo referiu ainda que em igual período iria ser duplicado o número de idosos que recebem apoio social em casa.

Falando durante a cerimónia de inauguração de uma estrutura de apoio social aos idosos, António Guterres adiantou que a duplicação do apoio social naquelas duas valências consta do «Plano Avô» e do Programa «Creches 2000».

«Tal como acontece com o pré-escolar e com as creches, o Governo quer criar parcerias com a sociedade civil, de forma a que os idosos continuem a ser elementos de valorização das famílias e da coesão da nossa sociedade», afirmou, referindo-se ao programa de apoio à terceira idade. O primeiro-ministro deslocou-se à vila de Joane para inaugurar a Casa dos Giestais, uma estrutura de solidariedade social para crianças e idosos construída e gerida pela Associação de Teatro Construção com apoio estatal e camarário.



Lembrando que existem, ainda, muitos idosos com 70 e 80 anos, acamados, que precisam de apoio social, António Guterres disse que «o Programa permitirá avaliar,

verificar e organizar integralmente todas as políticas de apoio aos idosos, que estão em curso em associação com a sociedade civil».

Referindo-se ao mesmo objectivo na duplicação do número de creches, através do programa «Creches 2000» o primeiro-ministro disse que «não basta o esforço de generalização do pré-escolar, e necessário duplicar a percentagem das crianças até aos três anos com cobertura de creches na sociedade portuguesa».

«Estas estruturas para bebés são um apoio indispensável sobretudo quando os pais e as mães têm de trabalhar, evoluir profissionalmente e melhorar o seu nível de vida, fazendo-o sem que isso seja impedimento de uma vida familiar normal», assinalou, vincando que as crianças precisam dos pais, e estes precisam de equipamentos que lhes facilitem a vida familiar.

Elogiando o papel da Câmara Municipal local e da Associação de Teatro Construção - que começou como grupo teatral e hoje se divide entre actividades culturais e de apoio social - o governante adiantou que o Rendimento Mínimo tem sido um êxito, e lembrou que - ao contrário do que por vezes se diz - «há já 100 mil portugueses que receberam este tipo de apoio, mas que deixaram de o receber porque já foram reintegrados socialmente».

EDUCAÇÃO

Guilherme d'Oliveira Martins anuncia

MAIS VERBAS PARA O ENSINO SUPERIOR

O ministro da Educação reafirmou que não existe subfinanciamento no ensino superior, «como é demonstrado pelo crescimento» previsto no Orçamento de Estado para 2000.

Guilherme d'Oliveira Martins, que apresentou no dia 2, em conferência de Imprensa, o Orçamento do Ministério que tutela para o ano 2000, disse mesmo que o melhor indicador para avaliar a questão do financiamento ao ensino superior é o «indicador de crescimento do OE por aluno, que aumentou».

A despesa com o ensino superior apresenta um valor orçamentado de 178,5 milhões de contos, ou seja, um acréscimo de 10,5 por cento, relativamente a 1999. «Os valores constantes do OE para 2000, e que resultam de um trabalho com as próprias instituições do ensino superior, são próximos das necessidades identificadas», sublinhou o ministro.

São quatro as universidades onde a aplicação da fórmula de financiamento revela «algumas dificuldades» - Universidades de Lisboa, Coimbra, Porto



e Universidade Técnica de Lisboa. Relativamente às Universidades de Coimbra e Lisboa, existem, segundo o governante, comissões de acompanhamento para avaliar a eficácia da aplicação do contrato-programa.

Para o secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, a situação na Universidade Técnica de Lisboa, e designadamente, no Instituto Superior Técnico, resulta de uma acumulação de vários anos.

José Reis considera que mais importante do que falar em números é falar nas condições que estão criadas.

O Ministério da Educação identificou, para 2000, três preocupações fundamentais: avaliação, formação dos professores e revisão curricular dos ensinos básicos e secundário, de acordo com Oliveira Martins.

Melhor educação, mais cidadania

O governante sublinhou a importância da avaliação aferida no 4º ano, da avaliação institucional e dos diferentes subsectores, com particular destaque para o ensino superior.

Também a formação inicial, contínua e especializada dos docentes constitui factor de atenção para o ME.

Guilherme d'Oliveira Martins insistiu ainda na necessidade de valorizar as vias profissionais, tecnológica e artística.

«Este Orçamento de Estado, que assenta na qualidade, exigência e responsabilidade, é dominado pelo lema "A Melhor Educação, Mais Cidadania"», afirmou o ministro.

INVESTIR NA QUALIDADE DO APOIO SOCIAL PARA IDOSOS

O Governo do PS lançou mais uma iniciativa de largo alcance social destinada aos idosos. Chama-se Plano Avó e é um programa a desenvolver nesta legislatura, dando prioridade à elevação da qualidade de vida dos idosos portugueses.

Este objectivo será alcançado através de uma nova prioridade ao investimento na elevação da qualidade dos serviços de apoio social.

Simultaneamente, haverá novos investimentos no alargamento da quantidade de idosos abrangidos por esses mesmos serviços.

O Plano Avó inclui um conjunto diversificado de medidas – do alargamento do apoio domiciliário, à reabilitação de habitações de idosos carenciados, de lares e de outros equipamentos, passando pela formação profissional e a certificação dos serviços de apoio social pelo Instituto Português de Qualidade.

O investimento atinge 7,5 milhões de contos até 2003, dos quais 4,5 milhões de contos são destinados ao alargamento e elevação dos padrões de qualidade do apoio domiciliário.

De salientar que o número de idosos abrangidos pelo apoio domiciliário duplicará para 80 mil.

Este importante serviço social passará, igualmente, de forma gradual, a ser garantido sete dias por semana.

Para o Governo, os avós de Portugal são figuras de referência, com muito passado, um presente que se quer digno e um futuro cada vez mais longo, que se pretende de também crescente qualidade.

São figuras de referência no saber que a experiência moldou e no gesto que a tranquilidade suaviza, modelos como pais, cúmplices como avós. Os nossos mais velhos, avós por definição afectiva, têm um passado longo de dificuldades mas também semeado de alegrias e afectos. Têm um presente que se exige de todos nós seja digno e vivido com a devida intensidade.

Têm um futuro que felizmente se alarga cada vez mais e que exige de todos nós seja assegurado com qualidade.

O Plano Avó é, na sua designação, uma homenagem aos mais velhos e pretende ser, pela sua concretização, esteio e ponte entre um presente que se julga melhor que o passado e um futuro a criar com qualidade.

Do passado fica neste Plano o balanço, com o objectivo de partilhar o saber acumulado, mas também de avaliar a experiência construída.

Do presente fica a necessidade de inventariação do que existe para sustentar a mudança tranquila em clima de



serenidade.

Para o futuro ficam as ideias, que, mais do que promessas, são caminhos a serem trilhados por todos, com um objectivo comum: avós somos ou seremos todos nós, mais tarde ou mais cedo e devemos prepararmo-nos para a qualidade do nosso envelhecimento.

No balanço, vertente A do Plano Avó (Avaliar o que foi feito) avultam os princípios que balizaram o percurso da acção que foi desenvolvida por este Governo e por este Ministério, bem como o ponto onde se partiu.

O princípio essencial que norteia esta acção é o de garantir a dignidade mínima das condições de vida a todas as Pessoas Idosas.

O ponto de onde se partiu foi a indiferença com a sorte destas pessoas, tratadas friamente como números equivalentes a todos os outros números de uma realidade económica onde imperava o valor da utilidade imediata.

Mais de uma centena de lares encerrados

É assim que os 113 lares encerrados entre Outubro de 1995 e Dezembro de 1999 não são apenas um número assinalável se

comparados com os 15 da legislatura anterior, são um exemplo do esforço desenvolvido para garantir um mínimo de dignidade a pessoas especialmente vulneráveis.

Mas este esforço foi consistente e estrategicamente orientado para garantir que a dignidade aparecesse como um direito a ser exercido de forma integrada pela família e pela sociedade.

A aposta foi a do apoio à família através da duplicação de apoio domiciliário que permite a permanência dos mais velhos nos seus lugares de pertinência, onde conservam a memória e exercem o afecto. Foi, igualmente, nos cuidados continuados, já que a saúde é o bem que mais preocupa e mais faz sofrer quem envelhece.

Mas foi também (e é bom não o esquecer) no crescimento da oferta das respostas institucionais, pela percepção que a melhoria das condições de vida depende da quantidade e da qualidade das respostas disponíveis.

Na inventariação, vertente V (Verificar o que existe), importa saber quem são e onde estão os nossos mais velhos e garantir que o espaço físico de que alguns deles desfrutam oferece as condições mínimas de bem-estar.

Para o futuro, vertente O (Organizar o futuro), a ideia central é a da qualidade e a estratégia a da valorização e promoção das redes de inter-ajuda e das respostas complementares.

Qualidade que passa pela certificação das instituições que prestam apoio nesta área, pela melhoria significativa das condições de funcionamento dos recursos humanos que trabalham com os mais velhos, pelo alargamento do apoio domiciliário não só em extensão, mas sobretudo no nível da prestação (mais apoios e todos os dias da semana), pelo crescimento do apoio domiciliário integrado e das respostas de emergência, com extensão da necessidade de construir um projecto de vida para todos os utentes a toda a rede de apoio social.

Cientes de que a prestação de cuidados informais é garante e penhor da qualidade de vida dos mais velhos, numa rede até agora sem enquadramento ou valorização, herdeira de valores essenciais de solidariedade intrafamiliar e comunitária, o futuro é o da reprodução dessas redes nos locais onde não actua e nos espaços em que não existem, seja pelo apoio diferenciado a instituições de enquadramento, seja pela motivação do voluntariado, seja pela alteração de práticas e procedimentos dos serviços do Estado no apoio a idosos.

Um plano representa sempre uma ambição, mas um plano designado Avó e dirigido aos mais velhos não é só uma ambição, antes é assumido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade como uma exigência.

Nesse sentido e independentemente de uma posterior divulgação da avaliação integral, em curso, da acção já desenvolvida, que possa constituir a desejável radiografia do sistema nacional de protecção e apoio às pessoas idosas, desde já se torna público um conjunto de medidas que, englobando também o levantamento da frequência das instituições vocacionadas para esta área social (sabendo quem é quem aonde) e as condições físicas em que estas se encontram, contribuirão para tornar a qualidade (nas suas múltiplas dimensões) na pedra de toque da acção a desenvolver pelo XIV Governo Constitucional na área do apoio às pessoas idosas. Propõem-se, assim, medidas de âmbito nacional a implementar desde já e um conjunto de medidas de carácter experimental a serem testadas no terreno e que, devidamente avaliadas o seu impacto, poderão ser alargadas a todo o território nacional.

Importa quantificar minimamente o impacto deste conjunto de medidas, tanto no decurso do presente ano 2000, como no âmbito da actual legislatura, pelo que, nos casos em que essa quantificação é possível, se indicam as metas que, desejavelmente, deverão ser atingidas.

A TAXA MAIS BAIXA DESDE 1998

A taxa de desemprego situou-se em 4,1 por cento no quarto trimestre de 1999, 0,7 pontos percentuais abaixo de trimestre homólogo do ano precedente e ligeiramente abaixo do trimestre anterior, revelou na passada sexta-feira, dia 4, o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE observa que a taxa de desemprego assumiu o valor mais baixo da actual série, iniciada em 1998.

A taxa de desemprego das mulheres situou-se em 4,7 por cento no quarto trimestre de 1999 e a dos homens em 3,6 por cento.

O número total de desempregados baixou para 207 400 no último trimestre do ano passado, uma redução de 13,4 por cento face ao mesmo trimestre de 1998, segundo as estimativas do Inquérito ao Emprego.

O emprego caiu marginalmente no quarto trimestre em comparação com o anterior (menos 0,1 por cento), mas cresceu 1,6 por cento em comparação com o quarto trimestre de 1998.

A taxa de actividade baixou no quarto trimestre para 50,4 por cento, o valor mais baixo de 1999, mas ainda 0,3 pontos percentuais acima de trimestre homólogo do ano anterior.

O crescimento do emprego face ao quarto trimestre de 1998 resulta exclusivamente do sector de serviços, que registou um aumento de 4,1 por cento, verificando-se evoluções negativas na agricultura, silvicultura e pescas (menos 1,1 por cento) e na indústria e



construção (menos 1,1 por cento), apesar de um aumento de 2,5 por cento na construção.

Em comparação homóloga (com o mesmo período de 1998) o emprego por conta de outrem cresceu 2,6 por cento no quarto trimestre e o dos trabalhadores por conta própria com pessoal ao serviço cresceu 1,5 por cento, enquanto o dos isolados baixou 4 por cento.

O Alentejo é a região com maior taxa de desemprego (6,3 por cento) no quarto trimestre de 1999, seguindo-se o Algarve (5,3

por cento) e Lisboa e Vale do Tejo (5,2 por cento), em todos os casos acima da média nacional, situando-se no outro extremo a região Centro, com uma taxa de 1,8 por cento.

A taxa de desemprego era de 4,1 por cento no Norte (idêntica à média nacional), 2,7 por cento nos Açores e 2,3 por cento na Madeira. O Algarve foi a única região onde o desemprego aumentou entre o terceiro e o quarto trimestre, reflectindo a sazonalidade do turismo, a principal actividade económica da região.

O crescimento de 73 500 postos de trabalho entre os quartos trimestres de 1998 e de 1999 deveu-se principalmente à passagem para activos de 40 800 pessoas classificadas como inactivas, do início de actividade de 23 200 indivíduos à procura do primeiro emprego e de 11 200 desempregados que encontraram emprego.

O INE contabilizou 76 700 pessoas que afirmaram pretender trabalhar, mas que por não terem feito diligências nas quatro semanas anteriores ao período de referência ficaram classificadas como inactivas.

Em média do ano de 1999, a taxa de desemprego situou-se em 4,4 por cento e, face ao ano precedente, o desemprego baixou 10,6 por cento, o emprego cresceu 1,8 por cento e a população activa subiu 1,2 por cento.

No conjunto do ano passado, o emprego cresceu 4,7 por cento nos serviços, manteve-se no sector secundário (com um aumento de 4,7 por cento na construção e uma descida de 2,1 por cento nas indústrias transformadoras) e baixou 4,1 por cento no sector primário.

Dentro do sector de serviços, o emprego desceu nos transportes, armazenagem e comunicações, nas actividades financeiras e nas empregadas domésticas.

«Por profissões, o maior aumento do emprego foi nos especialistas das profissões intelectuais e científicas» (10,9 por cento), seguindo-se os trabalhadores não qualificados (5,1 por cento).

SAÚDE E TRABALHO E SOLIDARIEDADE VÃO TER MAIS 450 MILHÕES ESTE ANO

O Estado vai gastar mais 450 milhões de contos este ano através dos ministérios da Saúde e do Trabalho e Solidariedade e dos serviços e fundos autónomos seus dependentes, segundo o Relatório Geral do Orçamento de Estado (OE) para 2000.

A despesa total consolidada dos dois ministérios ascenderá a 2,436 mil milhões de contos, o que representa um aumento de 22,68 por cento face aos 1,985 mil milhões de contos orçamentados em 1999. O Ministério do Trabalho e da Solidariedade conta com um aumento da ordem dos 26,97 por cento para este ano, elevando a sua despesa total consolidada para 1.193 milhões de contos, contra os 939,7 milhões de contos inscritos no OE de 1999.

Deste valor, 513,2 milhões de contos representam o contributo do subsector Estado, enquanto os serviços e fundos autónomos do ministério de Ferro Rodrigues representam 680,2 milhões de contos.

No Ministério da Saúde, regista-se um



aumento de 18,83 por cento, passando dos 1,046 mil milhões de contos orçamentados em 1999 para os 1,243 mil milhões de contos previstos para o ano 2000.

Da verba total que Manuela Arcanjo vai gerir

este ano, 1,21 mil milhões de contos representam despesa dos serviços e fundos autónomos.

O Ministério da Educação, tradicionalmente pesado na lista das despesas, apresenta

valores consolidados de 1,251 mil milhões de contos para este ano, o que traduz um aumento de 6,67 por cento face aos 1,172 mil milhões de contos estimados para a despesa consolidada no ano passado.

Ajuda a Timor-Leste

No quadro da despesa total consolidada do Estado destaca-se o crescimento de 36,45 por cento atribuído ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que passa dos 52,4 milhões de contos previstos no OE de 1999 para os 71,5 milhões de contos deste ano, devido à ajuda a Timor-Leste.

O único valor da despesa total consolidada por ministérios comparável com as verbas inscritas no OE de 1999 que desce diz respeito à Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O ministério de Capoulas Santos perde uns ligeiros 0,07 por cento, passando dos 393,5 milhões de contos orçamentados no ano passado para os 393,2 milhões de contos deste ano.

ATERRO DE BIGORNE AVANÇA

O aterro sanitário «vai mesmo ser construído em Bigorne», apesar da contestação dos 50 habitantes da localidade. A garantia foi dada pelo ministro do Ambiente, José Sócrates, no dia 5, durante uma deslocação a Lamego.

«Agora é tempo de decidir e de executar», disse o governante à saída de uma reunião de trabalho com os autarcas do Douro Sul. Sócrates afirmou que, depois de ter mandado rever todo o processo, lhe foram dadas garantias pelos organismos do seu ministério de que nada obstava à construção do aterro sanitário no local já escolhido.

«Os interesses de 50 ou 500 habitantes não podem opor-se ao interesse de 120 mil pessoas desta região e não podemos continuar neste regime de ter 16 lixeiras a céu aberto. O interesse regional sobrepõe-se ao interesse de alguns», declarou.

O ministro referiu ainda que gostaria que não houvesse aproveitamento político em torno das questões do lixo, em que é habitual «a maior das demagogias e o maior dos populismos».

Em declarações aos jornalistas, José Sócrates fez questão de referir que a sua presença nesta reunião de trabalho significa o apoio e a garantia do Ministério do Ambiente à associação de Municípios do Vale Douro Sul (AMVDS), que ao nível do financiamento, quer de localização da obra. O titular da pasta do Ambiente corroborou assim a determinação da Associação de Municípios, que estudou vários locais para o efeito.

Sobre a questão do local fazer parte da Rede Natura 2000, Sócrates frisou que um



aterro é uma estrutura ambiental destinada a melhorar o ambiente «e não a sacrificá-lo».

O governante referiu ainda que o Instituto de Conservação da Natureza foi consultado e disse que a instalação da estrutura em Bigorne em nada afectava qualquer interesse fundamental da conservação do ambiente.

Requalificação de Maceira e Souselas em marcha

Entretanto, no mesmo dia, mas em Aveiro, o ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou que a requalificação ambiental de Maceira e de Souselas vai começar na próxima semana.

Sócrates disse que a opção para o destino dos resíduos perigosos é o processo de co-incineração, por ser o de maior certeza ambiental, mas que o Governo aguarda pelo parecer da comissão científica independente.

«O País precisa de uma solução urgentíssima», disse o governante, garantindo que o Executivo socialista respeita os compromissos já assumidos nessa matéria.

Em Aveiro, onde também assinalou a selagem da lixeira de Taboiera e acionou a unidade de queima de biogás do aterro sanitário, José Sócrates anunciou que na próxima semana vão começar as obras de requalificação ambiental em Souselas e Maceira.

A recuperação de linhas de água é uma das medidas, e em Maceira será igualmente feita a rede de esgotos, para a qual vai assinar um protocolo com a Câmara de Leiria.

Quanto aos resíduos industriais «banais», que continuam a ter o destino final conjunto com os lixos domésticos, como em Taboiera, José Sócrates referiu que está ainda a ser feita a escolha da localização dos respectivos aterros.

O ministro do Ambiente, destacou o salto qualitativo dado nos últimos quatro anos, no que respeita aos lixos domésticos, com o encerramento de mais de 240 lixeiras, a construção de 25 aterros e a cobertura nacional de recolha selectiva.

Indicou a reciclagem como a grande aposta da segunda fase da batalha contra o lixo, em conformidade com a nova directiva comunitária.

O programa de acções para 2000/2006, com um investimento global de cem milhões de contos, prevê a construção de unidades de valorização de resíduos em todo o País, através de compostagem e de digestão anaeróbia.

A compostagem permite a produção de fertilizantes e é o processo já usado nas estações da LIPOR em Matosinhos, da Associação de Municípios do Vale do Ave, da AMTRES que abrange Oeiras, Cascais e Sintra, e na estação de Setúbal, a mais moderna.

A digestão anaeróbia permite a produção de energia por aproveitamento de biogás e actualmente estão duas estações em construção, sendo uma na Cova da Beira e a outra da ValorSul, para Lisboa, Amadora, Oeiras e Vila Franca de Xira.

DIMINUIÇÃO DE CASOS BSE PODE ANTECIPAR FIM DO EMBARGO

A política seguida por Capoulas Santos de combate sem tréguas à BSE está a dar os seus frutos.

O número de casos de vacas loucas registado em Portugal diminuiu no último trimestre de 1999, o que pode antecipar o fim do embargo europeu à carne nacional, disse no dia 29, em Cabeceiras de Basto, o ministro da Agricultura.

Em declarações aos jornalistas no final de um Encontro de Agricultores, Capoulas Santos disse que «a única razão para o embargo da União Europeia radicava na tendência para o crescimento do número de efectivos doentes», sublinhando que «de Outubro de 1999 a Janeiro deste ano houve uma redução efectiva do número de animais doentes», prevenindo-se que assim

continue de futuro.

Saliendo que a União Europeia já reconheceu que «Portugal faz tudo o que é possível fazer para controlar a doença», o ministro frisou que «os estudos científicos demonstram que o pico da doença ocorreu em 1999, pelo que deverá desaparecer até 2004».

Entretanto, no decorrer do Encontro, Capoulas Santos garantiu que os dois milhões de contos que serão disponibilizados para o sector da agricultura «serão aplicados com mais justiça».

«Haverá 53 medidas diferentes que disporão de um volume considerável de verbas, correspondendo a um aumento anual de 30 por cento comparativamente ao anterior Quadro Comunitário de Apoio», acentuou o ministro.

Capoulas Santos adiantou que Portugal tem sete anos para dar um salto qualitativo no sector.

Apoio aos pequenos agricultores

O governante anunciou ainda a criação de uma medida nova dirigida aos pequenos agricultores, que poderão apresentar, por três vezes nos próximos cinco anos, projectos de investimento até cinco mil contos, independente mente dos indicadores de viabilidade económica das explorações.

«Estes investimentos permitirão a reposição do efectivo pecuário, a compra de uma máquina ou de uma alfaia, o melhoramento de uma instalação pecuária ou da casa do agricultor, a construção de

cercas ou de sistemas de irrigação», adiantou, salientando que serão também alargadas as indemnizações compensatórias às explorações a partir de meio hectare e aos reformados ou aos agricultores que o não sejam a título principal, desde que residam na área ou na própria exploração.

À margem do Encontro de Agricultores, Capoulas Santos falou ainda da eventualidade de o Governo proceder à fusão do Instituto Financeiro de Apoio à Agricultura e Pescas (IFADAP) e do Instituto Nacional de Garantia Agrícola (INGA).

O ministro da Agricultura garantiu que tal fusão «não acontecerá a curto prazo, já que o programa de concretização do terceiro Quadro Comunitário de Apoio não se compadece com alterações imediatas».



Abrantes

Apresentação do Tecnopolo

No passado dia 8 a Câmara Municipal de Abrantes e o Nersant apresentaram publicamente o projecto do Tecnopolo, numa cerimónia que decorreu no Forum Empresarial.



O Tecnopolo de Abrantes será uma peça fundamental para o desenvolvimento económico de Abrantes e de toda a região. Integrado no Parque de Negócios de Abrantes, este será um equipamento que contribuirá decisivamente para a evolução e crescimento tecnológicos das empresas instaladas no Parque.

Aveiro

Bicicletas regressam com mais parques

As «buga», bicicletas de utilização gratuita, vão regressar com mais parques e melhor segurança a Aveiro, que vai receber o III Congresso Ibérico «A Bicicleta e a Cidade». O presidente da Câmara, Alberto Souto de Miranda, anunciou que as «buga» vão regressar às ruas da cidade de forma «mais intensa» e com «algumas afinções do sistema».



A principal mudança é a proliferação de novos parques, pelo menos mais 15, segundo o autarca, para criar uma maior proximidade entre os locais onde as «buga» devem ser estacionadas e as necessidades das pessoas.

«Na fase experimental verificou-se que havia muitas bicicletas abandonadas porque era incómodo para as pessoas devolvê-las a pontos distantes do seu destino», explicou.

Uma carrinha especializada vai fazer a gestão das bicicletas no terreno, tratando

da recolha e transporte para a oficina, sempre que seja necessário, e vai reequilibrar os parques para que não estejam alguns sem velocípedes disponíveis e os outros com vários no descanso.

A marcação de pistas vai continuar e vão ser feitos ajustamentos técnicos no dispositivo das moedas e nas correntes das bicicletas, garante Alberto Souto de Miranda.

A Câmara ainda não abandonou a ideia de colocar um «chip» para localizar as bicicletas e há uma empresa a estudar o dispositivo electrónico.

Em termos imediatos, as «buga» vão regressar com o sistema das moedas, semelhante aos dos carrinhos de hipermercado, mas mais aperfeiçoado, para evitar a libertação com moedas de baixo valor.

A cidade de Aveiro vai também receber, nos dias 29 e 30 de Abril e 1 de Maio, o III Congresso Ibérico «A Bicicleta e a Cidade».

Congresso «A Bicicleta e a Cidade»

O evento realiza-se de dois em dois anos, alternadamente em cidades espanholas e portuguesas, tendo o primeiro congresso decorrido em 1996 em Lisboa, e o último em La Corunha em 1998.

Tema em destaque será o projecto Eurovelo, apoiado pela Comissão Europeia, cujo objectivo é ligar os países da Europa através de uma rede de vias para bicicletas, numa perspectiva de um turismo sustentável e de contacto com a natureza.

Entre os assuntos agendados para o III Congresso Ibérico figuram a qualidade de vida e ambiente urbano, segurança rodoviária, infra-estruturas, promoção da saúde e situação actual da utilização da bicicleta em Portugal e Espanha.

O III Congresso é organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta (FPVUB), com o patrocínio do Presidente da República e tem confirmada a presença do presidente da European Cyclists' Federation (ECF), Jan Verschooren.

Cascais



Passeio do ambiente

A Câmara Municipal de Cascais vai organizar um passeio do ambiente em

bicicletas de todo-o-terreno (BTT), numa iniciativa a decorrer no dia 13, a partir das 10.30 horas, que vai envolver um percurso de 15 km, com partida e chegada à zona da Malveira da Serra e com passagem pela área de paisagem protegida Sintra-Cascais.

Com este passeio do ambiente pretende-se recolher o lixo existente no percurso Malveira da Serra, ponto de encontro – Largo Nossa Senhora da Assunção, Janes, Zambujeiro, Estrada da Barragem do Rio Mula, Peninha, Vale Cavalos, Janes e Malveira da Serra.

Todos os interessados em participar nesta iniciativa, possuidores de uma BTT, poderão realizar a sua inscrição até ao dia 11, pelo telefone 21-4154531.

Faro

Dia Internacional da Mulher

O município de Faro atribuiu um subsídio financeiro de 180 contos ao núcleo local do Movimento Democrático de Mulheres para as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

A autarquia também providenciará pela cedência do auditório do Conservatório onde terá lugar a sessão comemorativa.

Penha de França

Calendário de bolso

A Junta de Freguesia da Penha de França editou um calendário de bolso para o ano 2000.



O calendário é ilustrado com um trabalho de aplicações sobre papel subordinado ao tema «Primavera», da autoria de Rui Sérgio Pereira, aluno da Escola Básica 143.

Santo Tirso

Agenda do Ambiente

No passado dia 31 de Janeiro decorreu no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho uma conferência de imprensa em que o presidente do Executivo da Câmara de Santo Tirso, Castro Fernandes, procedeu à apresentação da Agenda do Ambiente 2000/2001, onde são traçadas as linhas programáticas de uma política municipal do ambiente para o século XXI, muito mais abrangente, integrada e interactiva.

Sintra

Ateliers infantis

O Sintra Museu de Arte Moderna – Coleção Berardo organiza todos os sábados, das 15 às 17.30 horas, ateliers para crianças dos sete aos 12 anos.



Os ateliers têm temas semanais, sempre ligados à Arte e à Coleção Berrardo e focam um movimento artístico específico ou a vida de um artista em exposição no Museu.

Vila Real de S. António

Orçamento de 29 milhões de euros

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António apresenta para este ano um orçamento global ligeiramente superior a 5,8 milhões de contos, o equivalente a 29 milhões de euros.



Desta verba, cerca de 4,5 milhões de contos referem-se a investimentos e o restante a despesas com pessoal e custos correntes da autarquia.

Prioridade ao ambiente e qualidade de vida

O ambiente e qualidade de vida concentra os principais investimentos planeados para este ano, onde serão aplicados cerca de 2,5 milhões de contos com a continuação das obras do interceptor de esgotos da Manta Rota até Vila Real de S. António, a par do saneamento na localidade das Hortas e o início da construção da nova ETAR que irá tratar os esgotos de todo o concelho.

O desenvolvimento económico representa a segunda maior rubrica do Orçamento para 2000, com cerca de 650 mil contos em novos investimentos, orientados para o reforço da competitividade da economia local.

PS EM MOVIMENTO

ÉVORA

Comunicado da Federação

A Federação Distrital de Évora do PS congratulou-se no dia 4 com a proposta do Governo de aumento, para este ano, de 11,4 por cento das transferências financeiras para os municípios do distrito.

Em comunicado, a Federação socialista diz que, a ser aprovada a proposta na Assembleia da República, os 14 municípios do distrito «irão receber mais de 10,6 milhões de contos, com aumentos relativamente que, comparativamente a 1999, chegam a atingir os 12,9 por cento nalguns concelhos».

No mesmo comunicado, o PS considera que «a inviabilização, por parte dos partidos da oposição, do Orçamento para 2000 proposto pelo Governo irá mais uma vez prejudicar gravemente o desenvolvimento e o progresso da região».

Os socialistas de Évora dizem ainda que a transferência directa de meios financeiros para as freguesias, tendo em consideração os valores propostos pelo Governo, «sofre no período 1995/2000 uma taxa de crescimento de 115,7 por cento».

Duplicação de verbas para as freguesias

«Durante a governação do PS, as verbas disponibilizadas directamente para as freguesias mais do que duplicaram», lê-se no comunicado.

Depois de uma década em que a governação de Cavaco Silva votou as autarquias a um quase ostracismo, o Governo PS reconhece o papel fundamental das câmaras e das freguesias, aumentando significativamente as verbas.

FRANÇA

Folha Federal

Saiu mais uma edição da «Folha Federal», boletim da Federação do PS em França. Trata-se do nº2, referente a Janeiro, e o destaque vai para o falecimento do camarada Manuel Tito de Morais, um socialista de valores e princípios, um símbolo da esquerda portuguesa, que perdurará para sempre como exemplo para os militantes socialistas.

PS de punho e bandeira vermelha

«Ele é o PS de punho e bandeira vermelha. Porque ele é o Tito. O camarada Tito», escreveu o camarada Manuel Alegre.

Um artigo sobre as grandes apostas da presidência portuguesa na União Europeia e a transcrição de uma entrevista a Manuel Almeida ao jornal «Portugal Sempre» são ainda destaque neste número de «Folha Federal».



LISBOA

Concelhia apoia João Soares

O PS/Lisboa vai apoiar a reeleição do camarada João Soares para a presidência da Câmara Municipal da capital nas eleições autárquicas de 2001.

Esta posição foi transmitida no dia 5 pelo presidente da Comissão Política de Lisboa do PS, camarada Miguel Coelho. «João Soares será o nosso candidato e terá o apoio unânime da estrutura», afirmou o deputado socialista Miguel Coelho e presidente da Concelhia de Lisboa, uma das estruturas mais dinâmicas do PS, partido de projecto e de militantes. Interrogado sobre a possibilidade de o PS/Lisboa pretender rever o acordo com o PCP, designadamente ao nível da distribuição de candidatos por juntas de freguesia, o líder da Concelhia de Lisboa do PS afirmou «não ser este o momento para se tratar do tema». João Soares efectuou no dia 5 uma visita à cidade com os camaradas membros do Secretariado da Concelhia do partido para mostrar as realizações da autarquia nos últimos anos.

De acordo com um responsável da Concelhia de Lisboa do PS, uma das principais surpresas residiu no elevado número de centros de apoio a toxicodependentes já existente na capital.

João Soares e o Secretariado da Comissão Política Concelhia dos socialistas já se tinham reunido na sede da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS para estudarem a estratégia a seguir nas próximas eleições autárquicas.

Para além da estratégia a seguir, muito há ainda para definir e para estudar com vista a aprofundar o muito bom trabalho já realizado pela coligação de esquerda na capital, de forma a dar ainda respostas ainda mais eficazes aos males de que a capital ainda enfrenta como trânsito e estacionamento caóticos, falta de espaços verdes e de lazer, de habitação para jovens e para a classe média baixa, transportes públicos em quantidade, entre outros.

Notável trabalho da coligação «Mais Lisboa»

Há que aprofundar o notável trabalho já realizado na capital pela equipa liderada pelo camarada João Soares.

O saldo do trabalho realizado pela coligação de esquerda «Mais Lisboa» é francamente positivo.

A direita (PSD e PP) espreita a oportunidade de voltar a dirigir os destinos da cidade e põ-la ao serviço dos interesses das suas habituais clientelas como os especuladores imobiliários e outros.



POVOAÇÃO

Jantar de militantes

A Secção do PS da Povoação organizou no passado dia 5 um jantar de militantes. Esta iniciativa, que decorreu no Centro Social e Paroquial da Lomba do Cavaleiro, contou com a presença do camarada Carlos César, presidente do PS/Açores e chefe do Governo Regional.

II CONVENÇÃO AUTÁRQUICA Concelhia de Leiria

Dia 12, 14 horas – Auditório do IPJ

Painéis

Administração e Urbanismo
Educação e Desporto
Cultura e Acção Social
Desenvolvimento e Freguesias

Nota: No final realiza-se um jantar-convívio para todos os participantes



A SITUAÇÃO NA ÁUSTRIA



Foi-me solicitado que, em nome da Presidência portuguesa da União Europeia, deixasse expressa junto deste Parlamento uma posição relativamente à situação política que se vive na Áustria e às consequências dessa mesma situação nas relações desse país com os restantes Estados que fazem parte da União.

Em primeiro lugar, quero deixar claro que a declaração tornada pública em 31 de Janeiro pelo primeiro-ministro português, em representação de mais 13 Estados que também são membros da União Europeia, foi feita nesse contexto específico: isto é, trata-se de uma tomada de posição política comum, assumida pelos chefes de Estado e de Governo de 14 países, que Portugal veiculou em nome de todos.

O texto desta tomada de posição conjunta tem um âmbito e um quadro de efeitos bem definidos – o relacionamento bilateral entre cada um desses 14 países e um Governo austríaco que venha a comportar elementos do Partido Liberal daquele país.

Recordo o que então ficou expresso:

1. Os governos dos 14 Estados-membros não promoverão ou aceitarão quaisquer contactos bilaterais oficiais a nível político com um Governo austríaco que integre o FPO;

2. Os candidatos austríacos a lugares em organizações internacionais não serão apoiados por esses 14 países;

3. Os Embaixadores austríacos nas capitais da União serão apenas a nível técnico.

Julgo que nos últimos dias ficou bem evidenciado o conjunto de razões que levou a esta tomada de posição por parte dos 14 Estados que a subscreveram.

No essencial, a leitura da situação política interna austríaca partilhada por estes Estados levou a concluir que a possível inclusão no Governo de Viena de um partido como o FPO poderia configurar uma alteração no respeito pelo padrão comum de valores que os países que fazem parte da União Europeia se comprometeram a

salvaguardar. Ninguém desconhece as tomadas de posição pública feitas pelo Senhor Jorg Haider e algumas ideias em matéria de políticas concretas que o respectivo partido tem vindo a defender. Julgo desnecessário recordar os seus propósitos desculpabilizantes do regime nazi, as atitudes face às comunidades estrangeiras e o sublinhar de um nacionalismo populista que lembra outros tempos.

A nossa leitura comum é que esse partido tem uma posição manifestamente contrária aos valores que temos por essenciais no quadro europeu e que, aliás, configuram o quadro de referência que a União Europeia tem vindo a promover nas suas relações externas, quer no tocante ao seu próximo alargamento quer no quadro da sua Política Externa e de Segurança Comum.

Dir-se-á que a presente situação decorre de uma livre tomada de posição do eleitorado austríaco que deve ser respeitada e que qualquer atitude nesta matéria configura uma ingerência nos assuntos internos desse país.

Em primeiro lugar, ninguém põe em causa

a existência na Áustria de um regime democrático e a verdade eleitoral que está subjacente ao resultado das últimas eleições. Dessas eleições resulta – e convém que tal fique claro – que uma grande maioria dos austríacos continua a não estar em favor do partido do Sr. Jorg Haider.

O que nós contestamos e lamentamos é a circunstância de se ter optado por uma solução governativa que coloca parte do poder político desse país num partido cujos dirigentes não dão, manifestamente, um mínimo de garantias de salvaguardar os princípios essenciais que a Áustria se comprometeu a respeitar, a defender e a promover.

A Áustria tem o direito de escolher o Governo que entende, mas nós temos igualmente o direito – e o dever – de afirmar a nossa opinião sobre todas as opções de natureza política que consideramos infringirem os compromissos que a Áustria tomou no plano internacional.

É isto é válido hoje para a Áustria como será amanhã para qualquer outro país membro da União Europeia.

Por outro lado, todos sabemos que, hoje em dia, as questões dos direitos humanos, dos direitos fundamentais, os grandes princípios democráticos e do Estado de Direito, as regras de protecção das minorias e o combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância não são questões puramente do foro interno de um país, particularmente quando esse país faz parte de uma comunidade de Estados que tem essa matriz como centro do seu projecto civilizacional.

A Europa que queremos construir e solidificar já não é um projecto económico, mas sim uma comunidade de valores e de princípios que possa servir de base a uma União Política e à criação de um grande espaço de liberdade, de segurança e de justiça marcado pelos valores da solidariedade.

Por isso, entendemos ter o direito e o dever de dizer aos nossos amigos austríacos – como aliás o fizeram outros países da União Europeia – que a sua opção governativa não pode passar sem consequências no que toca ao modo como nos relacionaremos com eles no futuro, enquanto o partido do Sr. Haider fizer parte do seu Governo.

Relativamente às consequências no plano concreto da União Europeia, julgo que a declaração emitida no dia 1 de Fevereiro pela Comissão Europeia dá já algumas pistas claras.

Neste contexto, procuraremos continuar a trabalhar, mantendo, como é natural, um cuidado muito particular relativamente ao modo como a actuação do próximo Governo austríaco se processa, à luz do estrito respeito pelos Tratados. O quadro comunitário é um terreno específico, regido por regras jurídico-políticas muito concretas, pelo que será objecto de um tratamento também particular. Procuraremos, assim, garantir que o funcionamento da máquina comunitária não venha a ser afectado pela presente situação.

*Declaração do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, em nome da Presidência portuguesa da União Europeia, no Parlamento Europeu.



À SOMBRA DESTA LIBERALISMO

A nossa sociedade – refiro-me à portuguesa -, está carregada de poderes antidemocráticos, que prosperam à sombra deste liberalismo económico para o qual o Estado só existe como garantia de estabilidade possível à expansão ilimitada dos seus negócios.

Das universidades aos supermercados, tudo é bem-vindo desde que sirva para aumentar o poder dos que, numa corrida indecorosa ao gigantismo (daí as fusões e concentrações), dominam as economias,

eliminando a concorrência, controlando os Estados, moldando as criaturas que vivem ao cimo da terra a um destino de consumismo sem tréguas obrigando-as à globalização como se de uma inevitabilidade histórica se tratasse, deixando-as sem pé na vida, sempre que estas se recusam a aceitá-la.

O voto, o nosso voto, vai perdendo autenticidade política, alcance ideológico, numa lógica onde as pátrias atrapalham e o povo, aos poucos, vai emudecendo.

A extrema-direita – por agora prudente, nas

suas manifestações de patriotismo – vai esfregando as mãos ao observar este estado de coisas.

E daí vem mal ao mundo?

Não! Podemos dormir descansados porque o Professor Saraiva já comentou ser «uma dramatização desnecessária» esta preocupação de alguns sectores das sociedades portuguesa e europeia pelo regresso dos nazis ao poder na Áustria.

A extrema-direita austríaca transporta consigo uma velha cultura democrática e antifascista semelhante à portuguesa do

Dr. Salazar, concluo eu da afirmação proferida pelo historiador da moda.

Se nos faltar hoje a coragem cívica, política, de reagir ao cenário que vai clareando aos nossos olhos, desconfio que será tardia, a hora de defendermos os valores em que acreditamos, os ideais porque lutámos, os sonhos pelos quais tantos sofreram e deram as suas vidas.

A velha direita aguarda, paciente, o momento de ruptura deste capitalismo pós-moderno e nós cá estaremos para ver... ou os nossos filhos.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Poesia em Abrantes

Hoje e quarta-feira, dia 16, leve os seus filhos à Biblioteca Municipal, pelas 10 e 30, para assistir à história de «O Macaquinho Bernabé», bem como participar no atelier de expressão plástica.

Às 15 horas do dia 14, «Alma Azul» apresenta «7 Poetas do Século XX», recordando Camilo Pessanha, Álvaro de Campos, Mário Sá-Carneiro, Ruy Belo, Sophia de Mello Breyner, Al Berto e Nuno Júdice.

O Ciclo de Debates «Pensar Abrantes» começa hoje, às 21 e 30, na Biblioteca, com o tema «Ser Jovem em Abrantes».

Jogos em Albufeira

A Galeria de Arte Pintor Samora Barros acolhe, amanhã, às 21 horas, um serão de poesia intitulado «O poético como expressão lúdica na boca do povo». Até sábado poderá visitar, na Galeria Municipal, a exposição de pintura e escultura «Trilogia da Guerra», de Daniel Vieira e Pinto da Silva.

Os Jogos Desportivos Escolares - «Crianças em Movimento» decorrem, até ao dia 2 de Junho, de segundas a quintas-feiras, com actividades que envolvem futebol, basquetebol, andebol, arcos, entre outras actividades, destinando-se a todas as crianças do 1º ciclo e ATL's do concelho.

Livro em Coimbra

A peça «Anatomia dun Hipocondríaco» sobe, hoje, à cena do Teatro Académico de Gil Vicente, a partir das 21 e 45.

O espectáculo teatral é da autoria de Gustavo Pernas Cora, de quem é também a encenação, e será representado pela Ancora Produccions (Galiza). Estreia amanhã o «Vintage'99 - A Escolha do TAGV». Trata-se de uma série de duas sessões diárias de cinema (18 horas e 21 e 45) em exibição até ao dia 24.

Assim, esta semana (re)veja amanhã «A Vida é Bela», de Roberto Benigni (Itália); no dia 12 «A Barreira Invisível», de Terence Malick (EUA); no dia 14 «Um Crime Real», de Clint Eastwood (EUA); no dia 15 «Dr. Figado», de Shohei Imamura (Japão).

A Factum - Galeria de Arte acolhe, a partir do dia 12, o *project-room* do artista plástico José Dias: «Sou o espaço onde estou».

Também este sábado assista, no Café-Teatro do TAGV ao lançamento do livro «Esteira cheia ou o abismo das coisas», do poeta cabo-verdiano António de Nevada. A apresentação da obra, que decorrerá a partir das 17 horas, estará a cargo de José Luís Pires Laranjeira.

Coral em Faro

Hoje, às 21 e 30, o Grande Auditório da Universidade do Algarve servirá de palco ao concerto de Amélia Muge, um evento

inserido no âmbito do V Congresso da Sociedade Portuguesa da Educação.

A partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 17, leve os seus filhos ao Cinema Santo António e veja com eles «Toy Story II - Em busca de Woody», uma obra de animação, realizada por John Lasseter para a qual actores como Tom Hanks e Tim Allen emprestaram a voz.

No Cinema Golden City poderá ver, durante o mesmo período temporal, o filme assinado por Philip Noyce, «O Coleccionador de Ossos», com Denzel Washington e Angelina Jolie nos principais papéis.

O concorridíssimo e atractivo mercado que, mensalmente, se realiza na típica aldeia de Estoi decorrerá no dia 13 (segundo domingo), sendo esperados, como é habitual, milhares de visitantes.

Foi alterado para o próximo dia 14 o espectáculo que o Coral 25 de Julho de porto Alegre (Brasil) realiza na cidade farense.

A actuação, que estava agendada para o dia anterior, decorrerá pelas 21 e 30, no Auditório do conservatório Regional de Música.

Desenhos na Guarda

«Crónica de Uma Revolução» é o tema de uma exposição de desenhos de José Vilhena que está aberta ao público no Paço da Cultura (antigo Paço Episcopal).

A mostra é patrocinada pela Câmara Municipal e reúne caricaturas sobretudo do período pos-25 de Abril de 1974 e referentes às principais personalidades políticas (Mário Soares, Álvaro Cunhal, Freitas do Amaral, Francisco Sá Carneiro, Acácio Barreiros). Esta exposição esperará pela sua visita até ao dia 29.

Pinturas em Guimarães

As pinturas de Victor Silva Barros estarão em exibição, a partir de amanhã e até ao dia 20, na Sociedade Martins Sarmento. Este sábado será inaugurada, no Paço dos

Duques de Bragança, a mostra do pintor Francisco Gomes Machado, «Cores Suaves e Neblinas Matinais».

Uma das obras primas do cinema de guerra está em reposição, hoje, pelas 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

Trata-se de «Apocalipse Now», de Francis Ford Coppola, uma película que se insere na selecção «Século dos Filmes».

A partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 17, assista a «O Coleccionador de Ossos», de Philip Noyce, no Cinema São Mamede.

Segunda-feira, às 21 e 30, a Academia de Música Valentim Moreira de Sá (Largo Condessa do Juncal) promove um concerto para violino, violoncelo e piano.

Teatro em Lisboa

«Areena» é o nome da peça de Carla Bolito e Rafaela Santos a que poderá assistir, de hoje até sábado, ou entre os dias 14 e 20, pelas 21 e 30, na Sala de Ensaio do centro Cultural de Belém.

Amanhã estreiam nas salas de cinema lisboetas as fitas «O Último Passo», de Frank Darabont; e «Cider House Rules», de Lasse Hallstrom.

O Ciclo de Grandes Orquestras Mundiais leva ao palco do Coliseu dos Recreios, este sábado, dia 12, às 21 horas, a Orquestra Sinfónica do Curtis Institute de Filadélfia, dirigida pelo maestro André Previn e com o solo de violino de Anne-Sophie Mutter. O programa deste espectáculo inclui obras de Mozart e Penderecki.

Até ao dia 23, o Pequeno Auditório da Culturgest será palco de um ciclo de conferências subordinado ao tema «Personagens de Operas do Século XX». Os encontros, que se prolongarão pelo próximo mês de Março, decorrem a partir das 18 e 30.

A Biblioteca Museu República e Resistência tem patente ao público uma mostra de pintura intitulada «Colectiva de Pintores Angolanos».

Concerto em Portimão

A autarquia portimonense convida os munícipes a assistir ao concerto de canto, flauta e piano, a cargo do Trio Vissi D'Arte (Ana Ester Neves, Vasco Gouveia e Raquel Correia), que se realizará, no sábado, dia 12, pelas 21 e 30, no Salão Nobre da Câmara.

«Mexer» em Sintra

A acção «Mexer na Biblioteca, pôr a biblioteca a mexer» realiza-se hoje, entre as 10 horas e as 17 e 30, no Centro Lúdico de Rio de Mouro.

A autarquia sintrense, através da Divisão de Desporto, promove convívios lúdico-desportivos a alunos do concelho, até ao dia 25, das 9 às 12 horas e entre as 14 e as 17 horas, nos Pavilhões Municipais de Monte Abraão e serra das Minas.

SUGESTÃO

Slava's Snow Show

O Grande Auditório do Centro Cultural de Belém apresenta, a partir de quarta-feira, dia 16, e até ao domingo, dia 20, um espectáculo de teatro circense: o Slava's Snow Show.

Slava nasceu em 1950, numa vila perto de Orel, na Rússia.

Abandonando a sua formação em engenharia, juntou-se a uma escola de mimos onde iniciou o seu projecto de renovação da arte do palhaço.

Inspirado em Chaplin, Marcel Marceau e Engibarov, Slava e a sua companhia, a Litsedei - fundada em 1979, tiraram os palhaços do circo e levaram-no para a rua e para as salas de teatro.

«Snow Show» é um *work in progress*, uma mudança permanente, e sempre um espectáculo de magia, encantamento e diversão.

Do ponto de vista criativo, Slava aspira conduzir o Teatro de Palhaço rumo ao século XXI e, ao mesmo tempo, continuar a encantar as famílias nas audiências de todo o mundo.

Não perca este convite irrecusável para os seus filhos. Porém, saiba que este espectáculo não é recomendado a menores de 8 anos.



POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

A uma rapariga

*Abre os olhos e encara a vida! A sina
Tem que cumprir-se! Alarga os horizontes!
Por sobre os lamaçais alteia pontes
Com tuas mãos preciosas de menina.*

*Nessa estrada da vida que fascina
Caminha sempre em frente, além dos montes!*

*Morde os frutos a rir! Bebe nas fontes!
Beija aqueles que a sorte te destina!*

*Trata por tu a mais longínqua estrela,
Escava com as mãos a própria cova
E depois, a sorrir, deita-te nela!*

*Que as mãos da terra façam, com amor,
Da graça do teu corpo, esguia e nova,
Surgir à luz a haste de uma flor!...*

Florbela Espanca



E CÁ, COMO É?

É inadmissível que os fornecedores tenham que pagar a sua inscrição numa lista da central de compras para terem uma hipótese de fazer negócio com ela» afirmou, irado, Leonel Jospin num seminário organizado pelos empresários do pequeno comércio e na presença de representantes de grande distribuição.

Este seminário e, sobretudo, a reacção política que esta e outras questões provocaram surgem, na sequência de um inquérito parlamentar realizado na Assembleia Nacional Francesa que identificou uma série de regras estabelecidas pela grande distribuição dominante.

Estas regras asfixiam e enfraquecem os legítimos interesses de uma significativa categoria de empresas (as PME industriais) que são essenciais no processo de desenvolvimento e à democracia económica das sociedades. São frequentes também em Portugal as queixas do sistema produtivo tradicional contra as grandes cadeias de

distribuição.

O eco dessas queixas é, contudo, muitas vezes abafado por uma opinião pública insuficientemente desperta para os malefícios globais, a longo prazo, que resultam da manutenção de verdadeiras relações comerciais leoninas entre as duas partes.

Sabe-se como é! A grande distribuição oferece uma variedade de produtos que não está ao alcance da maioria dos produtores individuais.

Mas, essencialmente, o grande comércio consegue oferecer produtos a baixo preço, normalmente a baixo do preço de custo, tirando partido da *avancagem financeira que lhe é permitida e do sistemático incumprimento das regras de concorrência que pratica.*

Dir-se-ia que assim beneficiam os consumidores!

Mas essa é só uma parte do problema! Se é um facto que o consumidor a curto prazo beneficia, é inquestionável que a médio prazo é toda a sociedade que se fragiliza.

Desde logo pelas consequências sobre

as empresas e, naturalmente, sobre o emprego e, depois, pela dependência (não apenas psicológica) que gera no *fenómeno consumo* e nas consequentes relações entre os consumidores e a grande distribuição.

É imperativo neste caso exercer o poder de regulação do Estado, não deixando que a situação evolua para um ponto irreversível e com inevitáveis consequências políticas e sociais, como parece ter ocorrido em França.

Esta atitude implica a reelaboração de toda a legislação da concorrência, caracterizando e regulando com rigor, em benefício dos mais fracos, a *defesa da situação de dependência* (como é de resto constitucionalmente obrigatório).

Trata-se de elaborar um verdadeiro texto integrador da *lealdade* que deve ser estabelecida nas relações comerciais, para benefício de todos, mas sobretudo, para benefício da sociedade.

Trata-se, enfim, de concretizar um dos objectivos do Programa do XIII Governo Constitucional que, por uma ou outra razão, não foi possível executar.

«O sr. Nuno Delerue foi inocentado pelo Ministério Público graças a essa fantástica interpretação jurídica de que fabricar facturas falsas para receber o estorno do IVA que não se pagou não constitui crime de burla»
Miguel Sousa Tavares
Público, 4 de Fevereiro

«De facto, só nos faltava agora, enquanto contribuintes, ter de indemnizar o sr. Delerue por ele ter passado facturas falsas»
Idem, ibidem

«Não acredito na vida para além da morte, embora ande sempre com uma muda de roupa interior»
Woody Allen
Revista do Expresso, 5 de Fevereiro

«Em Los Angeles eles não atiram fora o lixo, transformam-no em espectáculos de televisão»
Idem, ibidem

«Amar é sofrer. Para evitar sofrer não se deve amar. Mas então uma pessoa sofre por não amar. Portanto, amar é sofrer»
Idem, ibidem

«Lá no fundo, a vida é um campo de concentração»
Idem, ibidem

«Há dois tipos de pessoas neste mundo, as boas e as más. As boas dormem melhor, mas as más parecem divertir-se mais nas horas em que estão acordadas»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz